

RELATÓRIO E
CONTAS

2020

Arsenal do Alfeite, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 02 de junho de 2021.

Relatório elaborado nos termos dos artigosº 65.º, 66.º e 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas de 12 de janeiro de 2021 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

R. A.

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I - OBJETIVOS DA GESTÃO.....	7
II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA.....	8
III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	9
Perspetiva global da atividade.....	9
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio	13
IV - RECURSOS HUMANOS.....	15
Gestão de Recursos Humanos	15
Saúde no trabalho	19
Formação profissional.....	20
Responsabilidade Social	22
V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA	24
VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	27
VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	32
VIII - PERSPETIVAS FUTURAS.....	33
IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	35
X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	44
ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	45
1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento	45
2. Gestão do risco financeiro	47
3. Limite de crescimento do endividamento.....	47
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos	48
5. Resultados Obtidos/Recomendações do Acionista.....	49
6. Remunerações	49
7. Estatuto do Gestor Público.....	49
8. Despesas Não Documentadas ou Confidenciais.....	51
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	51
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção.....	52

RELATÓRIO E CONTAS

11. Contratação Pública.....	52
12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	52
13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais.....	52
14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	54
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	54
16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	55
17. Plano para a Igualdade	55
18. Demonstração Financeira	56
19. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado.....	56
ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59
Balanço em 31 de dezembro de 2020	59
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2020	60
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2020....	61
Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2020	62
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	64
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	64
2. Principais Políticas Contabilísticas – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros	77
3. Ativos Intangíveis.....	92
5. Ativos Tangíveis	94
6. Locações.....	98
7. Financiamentos obtidos.....	99
9. Imparidade de ativos.....	99
10. Inventários	101
13. Rendimento de transações com contraprestação	102
15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	111
17. Acontecimentos após a data de relato.....	112
18. Instrumentos Financeiros.....	113
19. Benefícios dos Empregados	119
20. Partes Relacionadas	120
23. Outras Variações de Património Líquido.....	122

RELATÓRIO E CONTAS

24. Diferimentos.....	124
25. Estado e Outros Entes Públicos.....	124
26. Imposto Sobre o Rendimento.....	125
27. Outros Rendimentos e Ganhos.....	128
28. Fornecimentos e Serviços Externos.....	129
29. Subsídios correntes obtidos.....	130
30. Resultado por Ação.....	131
31. Outras Informações.....	131
32. Informações Sobre Matérias Ambientais.....	133
33. Honorários do Revisor Oficial de Contas.....	133
ANEXO III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	135
Demonstração do desempenho Orçamental.....	135
Demonstração de Execução Orçamental da receita.....	136
Demonstração de execução orçamental da despesa.....	137
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	138
Alterações Orçamentais da Receita.....	138
Alterações Orçamentais da despesa.....	139
Operações de Tesouraria.....	141
Contratação Administrativa.....	142
Adjudicações por tipo de procedimento.....	143
Transferências e Subsídios Concedidos.....	144
Transferências e Subsídios Recebidos.....	145
APÊNDICES.....	146
APÊNDICE 1.....	147
REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	147
APÊNDICE 2.....	153
SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	153

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração iniciou funções em 29 de junho de 2020, assumindo a difícil tarefa de inverter a tendência de declínio do estaleiro operado pela Arsenal do Alfeite, S.A., fortemente dificultada pelo contexto de uma pandemia.

Perante o evidente e grave desequilíbrio estrutural da sua exploração, que originou, no decorrer do segundo semestre, significativas dificuldades de tesouraria condicionadores do normal funcionamento da empresa, a Administração decidiu implementar uma série de medidas por forma a garantir a sustentabilidade futura da empresa.

A atualização da política de preços foi identificada como urgente e prioritária e, após várias diligências e reuniões de trabalho com representante da Marinha, foi possível, na sequência do Despacho conjunto nº 3312/2021 do Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional e do Exmo. Senhor Ministro de Estado e das Finanças, constituir a Comissão de Auditoria de Preços, estando atualmente a decorrer os trabalhos conducentes à elaboração do relatório para os anos de 2021 e 2022.

Conscientes da desatualização dos seus meios de produção e processos de trabalho, resultado da inexistência de investimento ao longo dos anos, e da desadequação da organização aos desafios que os novos meios navais exigem, foi elaborado, em articulação com o acionista único IdD-Portugal Defence, o Plano Estratégico da Arsenal do Alfeite para o período 2021-2030.

Este Plano, ainda em apreciação pelas Tutelas Setorial e Finanças, evidencia a necessidade em implementar um **programa de investimentos**, com **ênfase no aumento da capacidade de alagem e modernização dos meios oficiais**, no **reforço de competências** através da participação em consórcios internacionais, no **alargamento da capacitação do Estaleiro** e no **recrutamento de trabalhadores** em especialidades deficitárias, bem como na **formação contínua**.

A necessidade de formação contínua, como pilar central da modernização do Estaleiro, esteve na base da criação da *Academia do Arsenal*, cujos primeiros passos foram dados com a assinatura do Protocolo entre a Arsenal do Alfeite, a IdD-Portugal Defence, o Consórcio das Escola de Engenharia e a Associação das Indústrias Navais. A Academia do Arsenal funcionará como catalisador de um processo de mudança, de transformação organizacional, processual, tecnológica e mesmo estratégica, contribuindo para tornar o estaleiro, ainda centrado nas tecnologias analógicas e paradigma dos navios eletromecânicos, sem grande nível de integração de sistemas, num estaleiro moderno, eficiente e eficaz, adequado e capaz para realizar a manutenção a navios do século XXI, essencialmente eletrónicos, automáticos, com elevados níveis de integração de sistemas, que funcionam como uma grande rede de partilha de informação, através de protocolos

de comunicação standard, e assentes em infraestruturas de fibra ótica e tecnologia digital.

Tendo em conta o contexto nacional e internacional de reforço e compromisso para com a indústria da defesa, e o caminho traçado pela Arsenal do Alfeite desde a sua passagem a empresa pública em 2009, é fundamental alterar o seu rumo e fazer do Arsenal do Alfeite uma empresa sustentável nas suas três dimensões: económica, social e ambiental (aqui se incluindo a energética).

Esta transformação deverá ser conseguida cumprindo, em primeiro lugar, o seu desígnio fundamental de suportar a Marinha Portuguesa na evolução e manutenção da sua esquadra e, posteriormente, desenvolvendo a sua atividade transformando-se num contribuinte de relevo para a internacionalização da economia da defesa e do cluster da construção e reparação naval, através do fornecimento a outras Marinhas de serviços de elevado valor acrescentado e cariz tecnológico e, bem assim, num elemento central da dinamização do cluster da construção e reparação naval.

Todo o trabalho a desenvolver com e para o parceiro Marinha Portuguesa, deverá ser focado em dotar a Arsenal do Alfeite de capacidades técnicas e tecnológicas de última geração, que acompanhem a evolução tecnológica dos ativos ao seu cuidado e que assegurem a sua permanente atualização no suporte do cumprimento das missões de soberania e de interesse público cometidas à Armada.

Os desafios são enormes, complexos e exigentes, mas o conselho de administração, em estreita articulação com a idD - Portugal Defence, S.A., aposta no alinhamento estratégico com a Marinha Portuguesa, na intensificação da relação com os seus parceiros estratégicos, no reforço da participação em programas navais mais complexos e na envolvência dos seus trabalhadores como a chave para o sucesso.

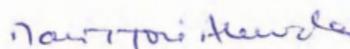
Neste momento particularmente difícil da empresa, um agradecimento muito especial aos trabalhadores, cuja resiliência é notável, ao apoio incondicional do seu acionista único, extensível às Tutelas Sectorial e Financeira e à Marinha Portuguesa, no seu papel de principal cliente e parceiro estratégico.

O Conselho de Administração,



José Luís Serra Rodrigues

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria José G. Monteiro Jesus de Almeida

(Vogal do Conselho de Administração)

I - OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2020, a Arsenal do Alfeite, S.A., manteve-se firme no propósito de atingir o necessário equilíbrio económico e financeiro, mantendo em paralelo o foco na estabilidade do emprego e no fomento de políticas potenciadoras da sustentabilidade do estaleiro, quer no âmbito económico, quer social e ambiental, e na prossecução das obrigações de serviço público perante a Marinha Portuguesa, com quem tem procurado o fortalecimento de relações de confiança mútua, numa perspetiva de sustentabilidade da relação a longo prazo.

Sendo uma empresa do setor empresarial do Estado, e dadas as suas obrigações de serviço público, deu continuidade ao reforço nas capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor.

As políticas da empresa, decorrentes da visão, da missão e do contexto de valores por que se rege, têm estado orientadas para a sustentação das competências e do conhecimento residentes, elementos absolutamente necessários para a projetar e desenvolver novas capacidades. Nesta medida, a empresa tem procurado não só renovar e requalificar os seus recursos humanos, sem perder de vista a necessidade do aumento gradual e sustentado do número de trabalhadores, mas também adquirir novas capacidades, de que se destaca a submarina.

Embora o quadro traçado dos objetivos de natureza estratégica e operacional seja tipicamente ambicioso, a empresa tem vindo a encetar esforços no sentido de compatibilizar as exigências de modernização, competitividade e produtividade com a realidade incontornável de infraestruturas envelhecidas, com necessidade de adequação ambiental e industrial, de recursos diminutos por parte da Marinha Portuguesa e de processos organizativos e laborais a necessitar de modernização e que condicionam uma solução desenvolvimentista de futuro.

Nesta medida, e sem perder de vista a visão e os objetivos de longo prazo estabelecidos, a empresa tem procurado assegurar um ambiente interno saudável tendente a promover a motivação e o envolvimento de todos os trabalhadores em soluções que a tornem mais eficiente e que, por consequência, permita melhores resultados.

II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pela acionista, nomeadamente em sede da Assembleia Geral de 29 de junho de 2020 relativamente à aplicação de resultados e retoma do processo relativo ao Plano de Atividades e Orçamento para 2020, atendo a ausência de parecer favorável da Unidade Técnica de acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

A acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio quaisquer outros objetivos específicos.

Releva-se a completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa, de modo preferencial, todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um elevado grau de satisfação. Paralelamente, também por orientação ministerial, deu-se continuidade ao processo de capacitação para proceder a grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa e mantiveram-se as relações com a Marinha Real de Marrocos, assegurando a continuação da reparação dos seus navios.

Destaque, ainda, para a conclusão da construção da primeira lancha Salva-Vidas, estando a sua entrega condicionada à realização do primeiro arranque da instalação propulsora, que ainda não pode ocorrer devido à crise pandémica instalada em Portugal desde fevereiro de 2020, a qual tem inviabilizado a deslocação dos subcontratantes estrangeiros a Portugal.

III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Perspetiva global da atividade

Reparação Naval

A atividade da empresa no ano de 2020 caracterizou-se pelo alinhamento estratégico operacionalizado com o principal cliente, a Marinha Portuguesa, tendo-se verificado o incremento do número de intervenções Eventuais (EV), decrescendo o número de Serviços de Reparação Urgentes (SRU).

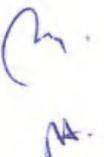
São dignos de realce a conclusão, no início de janeiro, da longa intervenção no NRP SAGRES, de modo a preparar o navio para a Volta ao Mundo, os trabalhos preparativos do NRP D. Francisco de Almeida, que antecederam o início do programa de modernização da fragata, as intervenções nos navios hidrográficos, a continuação dos trabalhos de modernização e a revisão do NRP "Guadiana" (o quarto navio patrulha da classe "Tejo" adquiridos por Portugal à Dinamarca).

É de realçar que os contratos de cariz plurianual são um elemento fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencia e otimiza a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano, algo que tem vindo a ser abordado entre a AASA e a Marinha Portuguesa.

De forma resumida apresentam-se os projetos cuja execução decorreu nos seguintes meios de docagem/alagem:

Plano Inclinado N.º 1

- ❖ P. 752/Corveta António Enes - 27.11.2019 a 03.06.2020
- ❖ P. 761/NE Polar - 15.06.2020 a 04.11.2020
- ❖ P. 767/NRP Pégaso - 24.06.2020 a 23.10.2020
- ❖ P. 732/NE Zarco - 09.03.2020 a 03.04.2020
- ❖ P. 768/NRP Dragão - 22.06.2020 a 31.12.2020 (continua atualmente em reparação)



RELATÓRIO E CONTAS

Plano Inclinado N.º 3

- ❖ P. 756/Centauro - 25.05.2020 a 31.12.2020 (continua atualmente em reparação)

Doca Flutuante

- ❖ P. 761/NE Polar - 29.06.2020 a 31.03.2020
- ❖ P. 764/NRP Mondego - 08.04.2020 a 30.07.2020
- ❖ P.725/NRP Douro - 05.11.2020 A 03.12.2020

Doca Seca

- ❖ P. 705/NRP Arpão - 05.2019 a 31.12.2020 (continua atualmente em reparação)

No que se refere à vertente de reparação de submarinos, teve início a Revisão Intermédia e Docagem do NRP “Arpão”, e foram concretizadas uma docagem de garantia e duas Revisões Assistidas no NRP “Tridente”. Estão em curso trabalhos em sistemas dos submarinos, no seguimento de uma encomenda da Thyssenkrupp Marine Systems (tkMS), através de um contrato entre esta empresa e a Arsenal do Alfeite, S.A.. No âmbito do Acordo Estratégico entre a Arsenal do Alfeite, a Marinha Portuguesa e a tkMS, têm vindo a ser identificadas novas linhas de ação para cooperação no futuro.

Complementarmente, o estaleiro procedeu à instalação de novos sistemas e equipamentos em navios da Marinha Portuguesa, quer em termos da plataforma, quer em termos de Armas e Sensores.

A conjugação dos factos anteriormente descritos conduziu a que 2020 fosse um ano marcado por uma forte preponderância da Marinha Portuguesa em termos da distribuição do volume de negócios pelos diversos clientes, o que assinala de forma inequívoca a importância da Arsenal do Alfeite, S.A. para a sustentabilidade da esquadra da Marinha, e reciprocamente a importância da Marinha Portuguesa para o estaleiro.

Na vertente internacionalização, é de destacar a contratação da Arsenal do Alfeite, S.A. pelo DMI (Ministério da Defesa da Holanda) para a realização dos trabalhos preparativos do NRP Francisco de Almeida, e o contrato com a tkMS para a intervenção no NRP Arpão.

No que respeita aos projetos com a Marinha Real de Marrocos, foi dada continuidade às negociações do “*Grand Carénage*” do PHM ETTAWFIQ da Marinha Real de Marrocos, dando continuidade a uma relação que se pretende longa e profícua, ao nível de docagens e de grandes intervenções de reparação planeada da esquadra da MRM.

Assim, é imprescindível continuar o esforço de alinhamento entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa, de modo a permitir a partilha em antecipação (mínimo de dois anos de antecedência) de um planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, e o estabelecimento de um contrato plurianual a não menos que três anos, idealmente a cinco anos, para a globalidade dos projetos com a Marinha, permitindo a este organismo deter uma capacidade de resposta efetiva e em tempo à grande maioria das necessidades da esquadra.

Produtos Especiais e Manutenção Industrial

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A. (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares, a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa. Para assegurar a competitividade no mercado nacional, obrigaria à existência de contratos-quadro com as empresas detentoras dos meios marítimos que assegurassem a escala e o volume de negócios necessários para uma política de preços competitivos, pois em termos de uma abordagem pontual ao mercado, verifica-se a prática de preços por empresas terceiras dificilmente coadunáveis com empresas que incorporam elevado valor acrescentado aos seus produtos.

Construção Naval

No ano de 2020, concluiu-se a construção da primeira lancha Salva-Vidas do tipo L150SV. De momento, aguarda-se pela reunião de condições para a realização do primeiro arranque da instalação propulsora. Esta atividade encontra-se atrasada devido à crise pandémica instalada em Portugal desde fevereiro de 2020, o que tem inviabilizado a deslocação dos subcontratantes estrangeiros a Portugal.



Clientes

A Marinha Portuguesa é o principal cliente do estaleiro, identificando-se complementarmente outras entidades, quer a nível internacional quer nacional. Destacam-se a tkMS, o Ministério da Defesa da Holanda e a Gabler. A nível nacional, com um volume de negócio significativamente menor, temos a OGMA, S.A. e algumas PME.

Perspetiva Futura

Tendo em conta o contexto nacional e internacional de reforço e compromisso para com a indústria da defesa, e o caminho traçado pela Arsenal do Alfeite desde a sua passagem a empresa pública em 2009, é fundamental alterar o seu rumo e fazer do Arsenal do Alfeite uma empresa sustentável nas suas três dimensões: económica, social e ambiental (aqui se incluindo a energética).

Esta transformação deverá ser conseguida cumprindo, em primeiro lugar, o seu desígnio fundamental de suportar a Marinha Portuguesa na evolução e manutenção da sua esquadra e, posteriormente, desenvolvendo a sua atividade transformando-se num contribuinte de relevo para a internacionalização da economia da defesa e do cluster da construção e reparação naval, através do fornecimento a outras Marinhas de serviços de elevado valor acrescentado e cariz tecnológico e, bem assim, num elemento central da dinamização do cluster da construção e reparação naval.

Todo o trabalho a desenvolver com e para o parceiro Marinha Portuguesa, deverá ser focado em dotar a Arsenal do Alfeite de capacidades técnicas e tecnológicas de última geração, que acompanhem a evolução tecnológica dos ativos ao seu cuidado e que assegurem a sua permanente atualização no suporte do cumprimento das missões de soberania e de interesse público cometidas à Armada.

Handwritten signature in blue ink.

RELATÓRIO E CONTAS

Ser uma entidade reconhecida e ativa no contexto da manutenção naval militar permitirá servir melhor a Marinha Portuguesa, assegurando a disponibilidade dos seus ativos para cumprirem a sua função e responsabilidades, assim como, contribuirá para colocar Portugal na rota dos países com competências e argumentos para servir a indústria da defesa a nível internacional e estimular o cluster naval nacional.

Principais atividades comerciais por Setor de Negócio

Reparação Naval Militar

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Militar, há a destacar os seguintes projetos:

- ❖ Revisão Intermédia + Docagem do Navio "Arpão", da Marinha Portuguesa;
- ❖ Aprontamento da fragata "Dom Francisco de Almeida";
- ❖ Revisão e Modernização/Modificação do Navio "Guadiana", da Marinha Portuguesa;
- ❖ Revisões Assistidas (RA) dos submarinos NRP "Tridente", da Marinha Portuguesa;
- ❖ Revisão dos sistemas de Armas e Sensores do NRP "Vasco da Gama", da Marinha Portuguesa;
- ❖ Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

Reparação Naval Comercial

Nada a mencionar.

Construção Naval

Ao nível do sector de negócio da Construção Naval, refere-se o projeto em curso da construção de lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, da Autoridade Marítima Nacional.

RELATÓRIO E CONTAS



Handwritten signature and initials

IV - RECURSOS HUMANOS

Gestão de Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2020, a Arsenal do Alfeite, S.A., tinha no ativo 445 trabalhadores, pelo que se verifica uma redução do efetivo da empresa face ao número de trabalhadores registados a 31 de dezembro de 2019 que se cifrava em 450 trabalhadores (480 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2020, a saída de 47 trabalhadores, por oposição à admissão de 42, originou a diminuição registada do efetivo. As saídas referem-se, maioritariamente e à semelhança dos anos transatos, a aposentações e a cessações do acordo de cedência de interesse público (ACIP) por iniciativa dos próprios trabalhadores, com transferência para outros organismos da Administração Pública ou empresas públicas. Note-se que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, a Arsenal do Alfeite, S.A., não se pode opor à saída de trabalhadores por sua vontade no âmbito de ACIP.

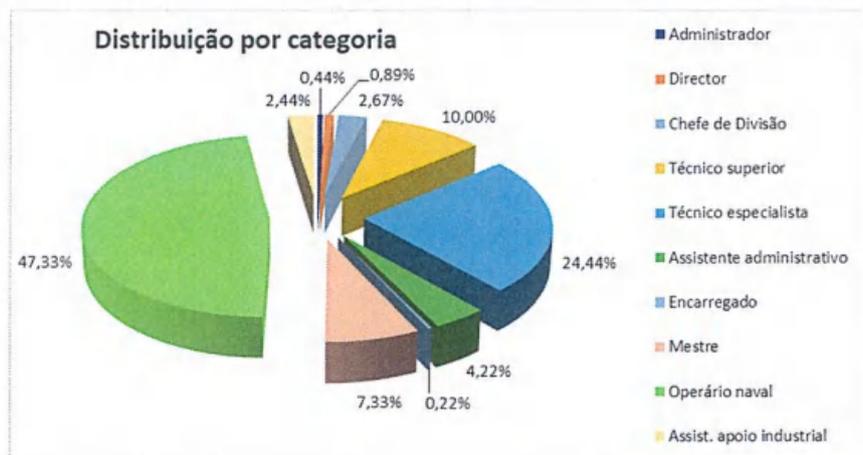
Em 31 de dezembro de 2020, o efetivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

Membros do Conselho de Administração	3
Acordo de cedência de interesse público	328 (7 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	9
Contrato de trabalho (termo indeterminado)	105 (4 em comissão de serviço)

A população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina (415 homens e 30 mulheres), com uma idade média a rondar os 49 anos.

RELATÓRIO E CONTAS

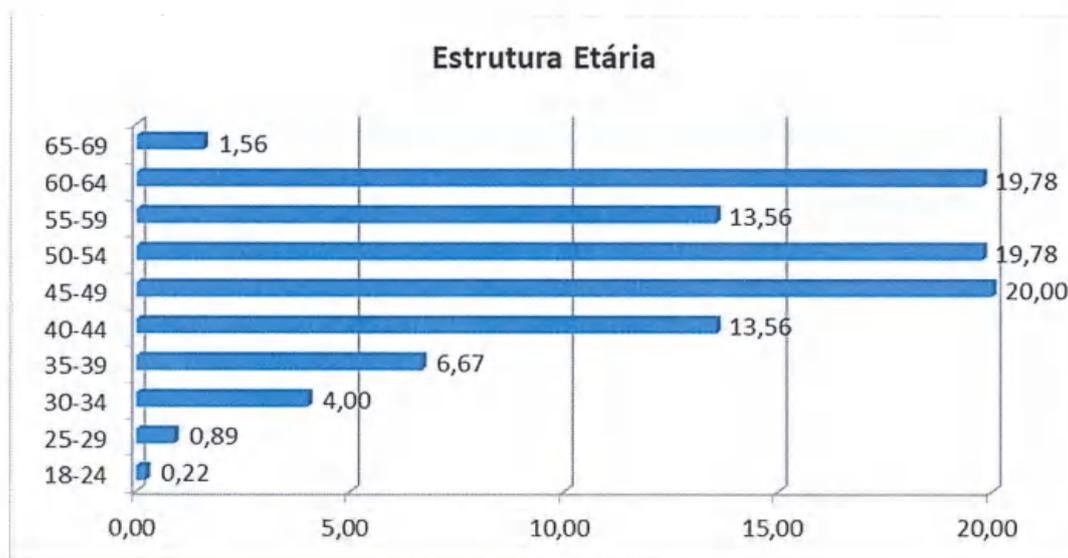
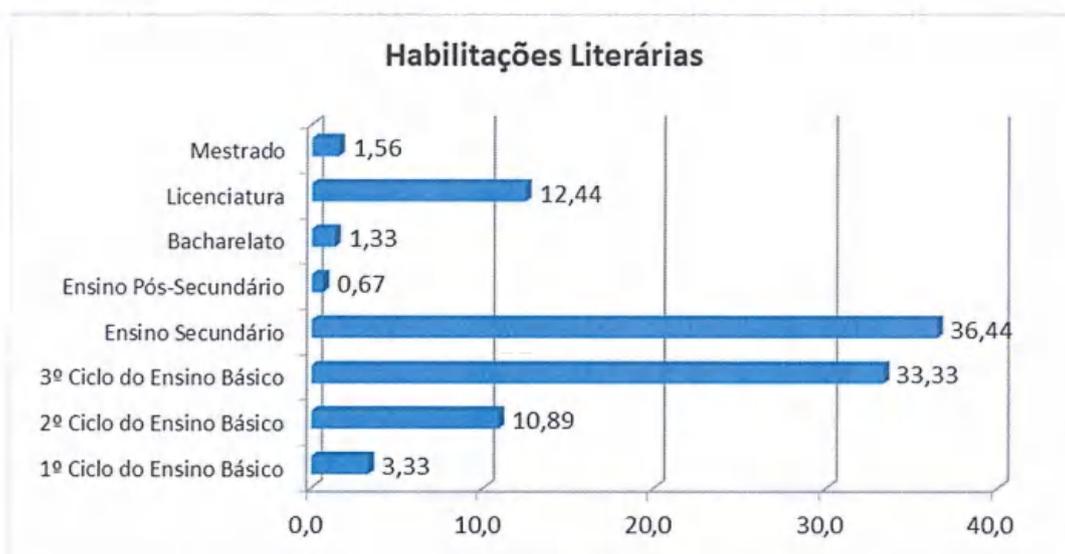
Os quadros seguintes refletem a distribuição por categoria e distribuição por sexo dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A.:



Ch.
A.

RELATÓRIO E CONTAS

A idade média aumentou face a 2019 (49 anos em 2020 e 48,6 em 2019) e a distribuição das habilitações académicas e literárias revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico (correspondendo no conjunto a 87,63%):



Em 2020, o índice de ausências aumentou em relação a 2019, registando um valor de 9,80% (8,94% em 2019). No que respeita ao absentismo registou-se um valor de 5,83%, também ele superior quando comparado com o registado em 2019 que foi de 5,44%.

A rotação externa, também ela aumentou face ao ano anterior, cifrando-se, no ano de 2020, em 9,74% (4,90% em 2019 e 5,27% em 2018).

RELATÓRIO E CONTAS

O ano de 2020 caracterizou-se pela diminuição do efetivo, tendo-se verificado igualmente um ligeiro decréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com o ano de 2019, fruto das saídas de trabalhadores por motivos de aposentação.



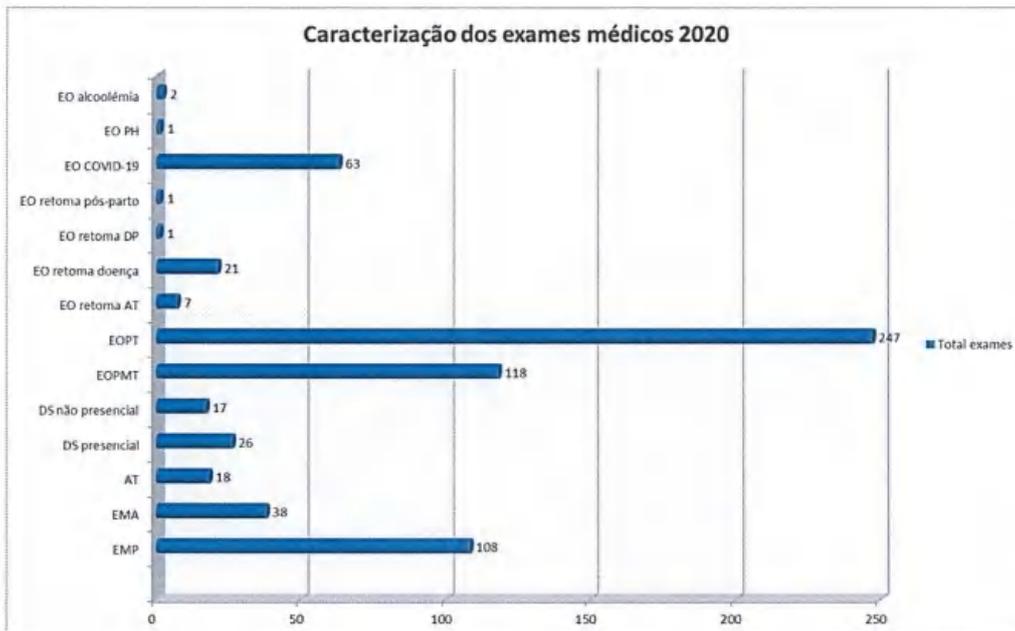
Devido ao elevado número de saídas, a qual se cifrou em média, no ano de 2020, em 3,92 trabalhadores por mês, a Arsenal do Alfeite, S.A., voltou a uma fase de decréscimo do efetivo, continuando a situar-se em patamar inferior a 500 trabalhadores. No que respeita aos gastos associados, está em linha com a tendência que tem vindo a verificar-se desde o início da atividade da empresa, em 1 de setembro de 2009, ou seja, registou-se uma ligeira diminuição.



Saúde no trabalho

A atividade obrigatória de assegurar a Saúde no Trabalho foi desenvolvida através de serviço interno, que exerceu as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde e de prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito, o serviço manteve em permanência uma enfermeira durante o período normal de laboração e uma médica de medicina do trabalho quatro dias por semana.

Elencam-se de seguida o tipo de exames feitos ao longo do ano de 2020 pelo serviço interno de medicina do trabalho sendo que na totalidade foram realizados 668 exames.

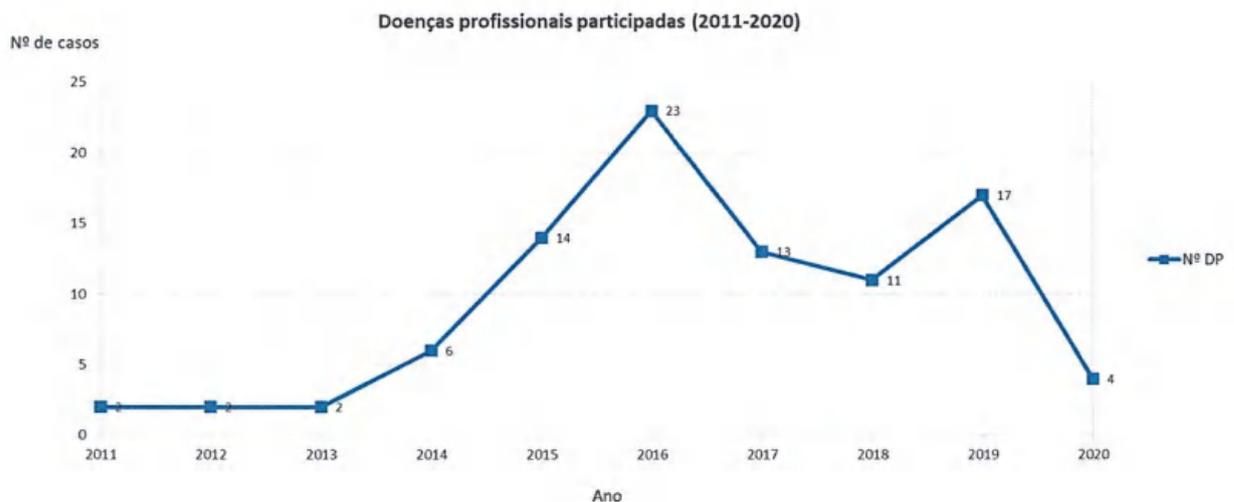


RELATÓRIO E CONTAS

Refira-se ainda que, durante o ano de 2020, foram realizados/solicitados 643 exames complementares de diagnóstico com a seguinte distribuição:



É ainda de mencionar a evolução do número de doenças profissionais participadas no período que medeia entre 2011 e 2020, tendo-se registado uma diminuição em 2020 (de 17 em 2019 para 4 em 2020).

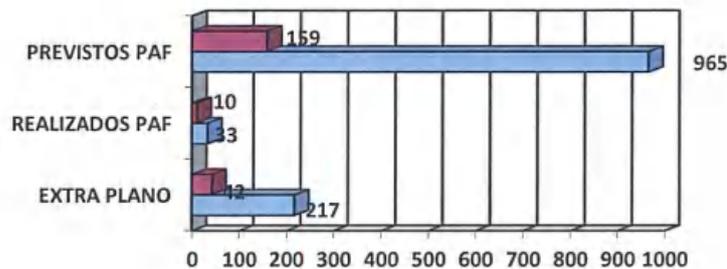


Formação profissional

O Plano Anual de Formação para 2020 foi executado em conformidade com a disponibilidade e as necessidades da empresa, registando-se uma diminuição significativa do número de ações de formação frequentadas e do respetivo volume de horas face ao plano inicialmente previsto, justificado pelo estado pandémico que assolou o país a partir do mês de março de 2020.

RELATÓRIO E CONTAS

As diversas fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna e à formação externa, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:



	EXTRA PLANO	REALIZADOS PAF	PREVISTOS PAF
■ Nº DE CURSOS	42	10	159
■ Nº PARTICIPANTES	217	33	965

	2020	2019	2018
Número de ações de formação frequentadas	52	66	29
Volume da formação (horas)	1.297	3.115	1.426
Número de participantes	250	356	483

Comparando o ano de 2020 com o ano de 2019, verifica-se que se registou naquele uma diminuição do número de ações de formação frequentadas e do respetivo volume de horas (de 66 para 52 e de 3.115 para 1.297), registando-se ainda uma diminuição do número de participantes (de 356 para 250).

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A. proporcionou, em 2020, a realização de estágios curriculares em contexto de trabalho a 11 estudantes (9 de cursos profissionais do ensino secundário e 2 do ensino superior), os quais permitiram a aprendizagem em contexto real de trabalho durante 4.286 horas (aproximadamente em 612 dias).

Responsabilidade Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, consubstanciado no apoio à frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.). Beneficiaram desta parceria os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos:

Ano letivo de 2016/2017 - 22 crianças

Ano letivo de 2017/2018 - 20 crianças

Ano letivo de 2018/2019 - 16 crianças

Ano letivo de 2019/2020 - 16 crianças

Ano letivo de 2020/2021 - 14 crianças

Atendendo à situação pandémica vivida, não foi infelizmente possível promover, em 2020, o convívio entre os trabalhadores, à semelhança de anos anteriores, através do Dia do Arsenal e Festa de Natal, nem o habitual campo de férias dirigido aos filhos, enteados e equiparáveis dos trabalhadores desta empresa pública, o qual tem visado permitir às famílias conciliar parte do período de férias dos filhos com períodos de trabalho dos pais e promover o convívio entre os familiares.



No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa continuou em vigor o programa “Arsenalista Mais”, com o grande objetivo de aumentar os níveis de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.

Destaca-se no âmbito deste programa, os protocolos e colaborações com a CGA - Clube de Ginástica de Almada e com o CEFA – Centro de Educação Física da Armada, com condições especiais, permitindo aos trabalhadores e familiares o acesso a meios que permitam uma vida mais ativa e com mais e melhor saúde.

Foram ainda celebrados protocolos com empresas em diferentes áreas de negócio, os quais se consubstanciam em descontos interessantes em serviços de farmácia, cultura, lazer, comunicações e outros para os trabalhadores e seus familiares.

RELATÓRIO E CONTAS

No âmbito das iniciativas de solidariedade com a comunidade, encontravam-se planeadas quatro recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue e Transplantação, I.P., tendo sido, porém, apenas realizada uma recolha em virtude da situação pandémica vivida, a qual totalizou 42 dádivas (Aviso n.º 5/2020, de 21 de fevereiro).

Continuamos, em 2020, a recolha interna de tampinhas com a finalidade de apoiar a aquisição de equipamentos para crianças e jovens portadores de deficiência, além de promover a consciência do impacte dos mais pequenos atos no ambiente.

Por fim, salienta-se o esforço para garantir a continuidade dos serviços de cafetaria e refeitório fornecendo esta valência, durante o ano de 2020, uma média de 120 refeições diárias a preços inferiores ao valor do subsídio diário de refeição pago aos trabalhadores.

V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e entidade pública reclassificada, segue os procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos ou, sendo o caso, o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança. A empresa procede, ainda, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base - Contratos Públicos *Online*.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, bem como para as empreitadas, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015 e anualmente apreciados no âmbito do sistema de gestão de qualidade, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01B - Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02B - Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03B - Avaliação de fornecedores.

No que respeita aos procedimentos adotados, ressalva-se que sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, verificou-se, em 2020, que 84,66% das aquisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado. Porém, e de modo a acautelar uma maior transparência, concorrência e abrangência do mercado, foram adotados procedimentos internos de modo a aumentar o número de fornecedores consultados, tendo-se optado pelo lançamento destes procedimentos via plataforma eletrónica, com consulta a todos os fornecedores registados no código CPV respeitante à aquisição em curso.

RELATÓRIO E CONTAS

De se salientar ainda a este respeito, que as normas implementadas na empresa visam salvaguardar a atenção devida às condições de mercado, pelo que a Divisão de Contratação e Aprovisionamento, salvo raras exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos, o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto, mas também para procurar as melhores condições possíveis de mercado para provimento das necessidades aquisitivas do estaleiro.

Foram ainda implementadas em 2020, no âmbito das atribuições da Divisão de Contratação e Aprovisionamento, procedimentos com vista ao incremento de procedimentos de concurso público e consultas prévias em detrimento dos ajustes diretos, cuja utilização se procura minimizar ao máximo.

Durante o ano de 2020, foram efetuadas 2.190 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo:

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	1.854	94,66%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	256	11,69%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	64	2,92%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	7	0,32%
Superior ou igual a 100.000€ e inferior a 200.000€	5	0,23%
Superior ou igual a 200.000€	4	0,18%
	<hr/> 2.190	<hr/> 100%

Apesar de a empresa não ser entidade compradora vinculada do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), recorre-se sempre que possível a aquisições de bens e serviços ao abrigo dos acordos quadro celebrados pela eSPap, relevando-se, neste âmbito, a adesão da Arsenal do Alfeite, S.A. aos procedimentos de aquisição agregada de eletricidade, gás natural e combustíveis rodoviários.

RELATÓRIO E CONTAS

No que respeita à submissão de contratos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), salienta-se não ter existido qualquer aquisição sujeita a tal fiscalização.

Por fim, de se enfatizar que não foram celebrados, durante o ano de 2020, quaisquer contratos com valor superior a 5.000.000€.

VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Para cumprimento dos deveres de informação a que a Arsenal do Alfeite, S.A. se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporté de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), utilizam-se diversas plataformas e meios, incluindo as plataformas informáticas SIRIEF, SOL e SIGO, a saber:

Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo

Não aplicável no exercício da Arsenal do Alfeite, S.A., dado que esta empresa não prestou garantias financeiras nem assumiu dívidas ou passivos de outras entidades.

Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Publicitação do Relatório de Governo Societário e do Relatório e Contas na página de internet da empresa onde consta a informação pertinente.

Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

Enviados à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (carregamento em SIRIEF).

Orçamento anual e plurianual

Enviados à acionista única e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

Documentos anuais de prestação de contas;

Enviados à acionista única, ao Tribunal de Contas, à Direção-Geral do Orçamento, à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Não exigido pela acionista única, a empresa pública IdD - Portugal Defence, S.A..

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de transparência a que a Arsenal do Alfeite, S.A., se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, o grau de cumprimento dos seus objetivos, a forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, esta empresa presta as seguintes informações, através de diversas plataformas (como indicado):

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

Nos termos da Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro, a Arsenal do Alfeite, S.A. procede ao carregamento e atualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

No ano de 2020 (julho), a Arsenal do Alfeite, S.A. procedeu ao preenchimento do RITAP - Recolha de Informação sobre os Trabalhadores das Administrações Públicas, efetuando-se assim a recolha de informação preparatória sobre carreiras, categorias e remunerações dos trabalhadores dos empregadores públicos, visando a criação pela DGAEP, das condições técnicas e operacionais que contribuam para o registo de informação no novo Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) reformulado e ampliado nos termos da Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro (Lei do SIOE), e para o planeamento, definição, implementação e acompanhamento de medidas de política a adotar pelo Governo e, em particular, pela área governativa da Modernização do Estado e da Administração Pública, em especial no domínio da política de recursos humanos.

Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Relatório Único

Este relatório anual sobre a atividade social da empresa é exigido pelo artigo 32.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, na sua redação atual resultante da Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, que regulamenta o Código do Trabalho, e regulado pela Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, alterada, por sua vez, pela Portaria n.º 108-A/2011 de 14 de março.

RELATÓRIO E CONTAS

Execução Orçamental do Estado - Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO) e Serviços Online

Em conformidade com os artigos 120.º e 121.º do diploma de execução orçamental, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, a Arsenal do Alfeite, S.A., procede à prestação de informação:

		Periodicidade	Prazo
Contas de Execução Orçamental - Receitas e Despesas	SIGO	Mensal	8
Alterações Orçamentais - receitas e despesas	SIGO	Mensal	8
Encargos com o pessoal	SIGO	Mensal	-
Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 10.º dia Útil
Pagamentos em Atraso	SIGO	Mensal	8
Informação relativa à Unidade de Tesouraria	Serviços Online	Trimestral	15
Declaração de Compromissos plurianuais, de Pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso	Serviços Online	Anual	31 de janeiro
Compromissos Plurianuais	SIGO	Atualização permanente	--
Previsão Mensal da Execução	Serviços Online	Mensal	Calendário Específico
Balanço e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano e orçamento	Serviços Online	Anual	Entretanto cancelados/suspensos pela DGO
Balancetes Analíticos	Serviços Online	Trimestral	Até ao final do mês seguinte
Conta de Gerência	SIGO	Anual	Até 30 de abril

RELATÓRIO E CONTAS

Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade
Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI)	Serviços <i>Online</i>	Anual
Índice de Custo do Trabalho Empresa (ICTE)	Serviços <i>Online</i>	Trimestral
INTRASTAT - Fluxo de Chegada (INTRA-CH)	Serviços <i>Online</i>	Mensal
Inquérito aos Trabalhos de Reparação - Comércio Internacional - Exportação (IREPEXP)	Serviços <i>Online</i>	Mensal
Inquérito à Utilização de TIC das Empresas (IUTICE)	Serviços <i>Online</i>	Anual
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços <i>Online</i>	Mensal

Prestação de Informação no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF)

	Periodicidade
Prazo Médio de Pagamentos	Mensal
Gastos Operacionais	Mensal
Demonstração de Fluxos de Caixa	Mensal
Saldo em Dívida	Mensal
Execução (Balanço e Demonstração de Resultados)	Trimestral
Unidade de Tesouraria	Trimestral
Financiamento Público e Comunitário	Trimestral
Responsabilidades Contingentes	Trimestral
Plano de Atividades e Orçamento	Anual
Balanço	Anual
Demonstração de Resultados	Anual
Demonstração das Alterações no Património Líquido	Anual
Financiamento Público e Comunitário	Anual
Esforço Financeiro Público	Anual
Indicadores de Recursos Humanos	Anual
Indicadores de Atividade	Anual
Relatório do Governo Societário	Anual
Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Anexas	Anual

M.
A.

RELATÓRIO E CONTAS

Prestação de Informação ao Tribunal de Contas

Reporte anual referente ao património financeiro (ate ao dia 28 de fevereiro), nos termos das Instruções n.º 01/2008.

Prestação de Informação à Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional

Reporte anual (até ao dia 31 de janeiro), nos termos do artigo 28.º, alíneas a) e b) da Lei 49/2009, de 5 de agosto, no âmbito das condições de acesso e exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

Reporte anual (habitualmente em agosto), no âmbito da criação do Centro Qualifica Administração Pública (CQ AP) na área governativa da Defesa Nacional, através da aprovação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 32/2019, visando a caracterização das necessidades de certificação escolar e profissional dos trabalhadores.

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o setor empresarial do Estado, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro disponível no Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais.

Ch.

M.

VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2020, nomeadamente o seu artigo 60.º, determina, que “o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, nos termos a definir no decreto-lei de execução orçamental”.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dá pleno cumprimento ao exigido pela citada lei e pelas orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão, pois não recorreu a qualquer financiamento bancário, como se pode ver nos quadros seguintes:

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	2020	2019	2018	2017	2016	Variação 20/19	
Passivo Remunerado	Valores (€)					Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- do qual concedido pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

Se o ano de 2020 foi marcado pela pandemia, a atividade da empresa continua a ser fortemente condicionada, seja pelo seu impacto direto no funcionamento da organização, seja por perturbações no mercado internacional ao nível do Supply Chain, com particular incidência nos trabalhos da revisão intermedia do submarino Arpão, em que o fornecimento de spares é crítico para a execução das respetivas atividades.

Apesar das dificuldades que a empresa enfrenta, os desafios que se perspetivam, obrigam a um reforço das componentes de planeamento, coordenação e simplificação do processo de decisão.

Atentos às necessidades de manutenção da esquadra da Marinha Portuguesa, do trabalho de coordenação realizado em sede do Grupo de Coordenação e Alinhamento Estratégico entre a Marinha e a Arsenal do Alfeite, a Administração está e continuará focada na melhoria continua da capacidade de resposta em prazo e qualidade do serviço prestado.

Sem descorar a resposta às necessidades urgentes da esquadra, a sustentabilidade e modernização da empresa está dependente da sua participação nos principais programas de construção/manutenção da Marinha Portuguesa, com particular destaque para o programa de manutenção dos submarinos da classe Tridente, a modernização das Fragatas da classe Vasco da Gama e a construção da nova série de Navios-Patrolha Oceânicos.

Assim, encontra-se em fase de conclusão o processo de elaboração da proposta para a PR do submarino Tridente, em que a Arsenal do Alfeite assumirá a função de Prime Contractor, com início dos trabalhos previsto no primeiro trimestre de 2022. Esta operação assume particular relevância, dado que será liderada pela atual equipa de gestão de projeto do submarino Arpão, cujas rotinas e know importa aproveitar e potenciar.

O programa de modernização das Fragatas da Classe Vasco da Gama, através de um Mid Life upgrade, em processo de preparação e que envolverá, para além da Arsenal do Alfeite, vários operadores tecnológicos internacionais, constituirá uma oportunidade e

RELATÓRIO E CONTAS

um desafio para a Arsenal do Alfeite, e contribuirá seguramente para a sua modernização.

Com o início do programa de construção da nova série de Navios-Patrolha Oceânicos, em que a Arsenal do Alfeite ambiciona participar na componente do Apoio Logístico Integrado, para além de constituir uma oportunidade de desenvolvimento e atualização da sua componente de engenharia, assumirá um papel relevante na melhoria das múltiplas intervenções ao longo do ciclo de vida destes navios.

Ao nível da internacionalização, para além da exploração de oportunidades no segmento da manutenção de sistemas especiais de submarinos da série dos da classe Tridente, perspectiva-se, a curto prazo, a assinatura do contrato, com a Marinha Real de Marrocos, para a reparação de um navio patrulha.

Com o aumento do nível de exigência, que a participação nestes programas implica, o investimento no reforço da capacidade de alagem e na modernização dos meios oficiais, constitui um dos principais focos da atual administração que, em estreita coordenação com o seu acionista, continuará a procurar as necessárias fontes de financiamento.

A aposta na qualificação sistemática dos trabalhadores em geral, assim como na formação de jovens engenheiros que possam integrar os quadros do estaleiro trazendo novas dinâmicas e metodologias, incorporando novas áreas de conhecimento e acima de tudo promovendo o desenvolvimento e a inovação, constituem os principais objetivos na Academia do Arsenal. Estão a ser desenvolvidos esforços para que a primeira ação de formação se inicie no próximo ano letivo.

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

A Arsenal do Alfeite, S.A., encerrou o exercício financeiro de 2020 com um resultado líquido negativo de 6.560,93 m€ (milhares de euros), o que representa uma melhoria de 3.116,58 m€ relativamente ao exercício anterior.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2020	2019
Rendimentos Operacionais	17.109,62	16.267,77
Gastos Operacionais	19.406,55	23.103,66
Resultado Operacional	-2.296,92	-6.835,59
Gastos de Depreciação e Amortização	4.082,43	3.961,68
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	486,72	
Resultado Financeiro	-3,93	-0,21
Imposto sobre o Rendimento do Período	-309,07	-1.119,96
Resultado Líquido do Período	-6.560,93	-9.677,51

Relativamente a 2019, o resultado líquido de 2020 reflete, fundamentalmente, um aumento significativo dos resultados operacionais, que haviam sido negativos no ano anterior e, este ano apesar de negativos, ascenderam a 2.296,92 m€, uma melhoria de 4.538,67m€. Existiu também uma diminuição dos gastos associados aos fornecimentos e serviços externos e aos gastos com o pessoal. Houve um aumento dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, em virtude dos investimentos na capacitação submarina e na construção de embarcações em materiais compósitos, designadamente as Lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

RELATÓRIO E CONTAS

As contas de 2020 representam relativamente a 2019 uma diminuição da atividade do estaleiro, que se traduz do decréscimo dos rendimentos relacionados com os serviços prestados em 1.211,71 m€. Mas, simultaneamente houve uma redução significativa dos gastos operacionais.

Os rendimentos operacionais, apesar de terem subido relativamente ao ano anterior, situaram-se aquém do pretendido, o que ficou a dever-se essencialmente ao protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina, devido a restrições orçamentais ocorridas naquele país, e ao atraso na colocação das encomendas e na confirmação de trabalhos adicionais por parte da Marinha Portuguesa.

Os rendimentos operacionais atingiram assim 17.109,62 m€, correspondendo a um acréscimo de cerca de 5% face a 2019 (um aumento de 841,86 m€).

(Valores expressos em milhares de euros)

	2020	2019
Impostos e Taxas	5,87	0,24
Vendas	19,71	1,00
Serviços Prestados	11.152,97	12.364,67
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	47,22	-
Trabalhos para a Própria Entidade	954,15	857,70
Imparidade de Dívidas a Terceiros	-	-
Provisões	2.464,77	293,77
Outros Rendimentos	2.464,92	2.750,39
Rendimentos Operacionais	17.109,62	16.267,77

No período de 2020, os serviços prestados registaram um decréscimo de 1.211,71 m€, face ao período homólogo do ano anterior, devido à diminuição do negócio de reparação naval – militar, relativamente ao ano transato, em virtude da redução dos trabalhos com a Marinha Portuguesa. Por outro lado, houve um aumento do negócio de reparação naval – militar internacional, decorrente dos contratos de reparação do submarino “Arpão”, com a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS) e dos trabalhos realizados

RELATÓRIO E CONTAS

no Navio D. Francisco de Almeida da Marinha Portuguesa, no âmbito do contrato com a DMI (Ministério da Defesa da Holanda).

(Valores expressos em milhares de euros)

	2020	2019
D1 - Reparação Naval – Militar	8.082,05	11.328,34
D1 - Reparação Naval - Militar Internacional	2.261,51	888,44
D2 - Reparação Naval - não Militar	0,00	1,26
D3 – Construção	0,00	0,00
D4 - Manutenção Industrial	0,00	7,31
D5 – Laboratórios	96,75	57,74
D6 – Outros	712,66	81,59
	<u>11.152,97</u>	<u>12.364,67</u>

O decréscimo dos serviços prestados foi assim fortemente influenciado pela diminuição das encomendas por parte do nosso principal cliente, a Marinha Portuguesa, houve um decréscimo de 3.246,28 m€ face a 2019 (uma descida de 29%).

Os “Trabalhos para a Própria Entidade”, no montante 954,15 m€, correspondem a um acréscimo de 4% relativamente aos realizados no ano anterior. Em 2020 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente nas alterações ao projeto da construção das Lanchas Salva Vidas L150 em materiais compósitos, após a revisão por parte da Direção de Navios, a continuação da construção de “Jigs and Tools”, e a aquisição de equipamentos para a capacitação na manutenção de submarinos.

A rubrica “Outros Rendimentos”, inclui o subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes.

O subsídio do governo não monetário, está a ser imputado numa base sistemática aos rendimentos dos exercícios durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

	€								
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Subsídio não Monetário	66.080.408,66	68.705.550,26	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.838,13	88.289.916,44
Rédito do ano	2.440.875,92	2.625.141,60	2.717.343,12	2.756.517,44	2.776.278,58	2.783.351,37	2.811.941,57	2.857.855,79	2.881.079,31
	63.639.532,74	66.080.408,66	68.705.550,26	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.837,13

Por seu turno, os gastos operacionais em 2020 ascenderam a 19.406,55 m€, correspondendo a um decréscimo de cerca de 16% relativamente ao valor alcançado em 2019. Este decréscimo dos gastos operacionais resulta sobretudo da diminuição dos gastos com subcontratos, dos gastos com o pessoal e das provisões para fazer face às perdas esperadas em diversos contratos de manutenção. Foram prosseguidas as práticas da empresa com vista à redução e racionalização dos gastos correntes, em particular dos associados à contratação de bens e serviços necessários ao funcionamento da empresa.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2020	2019
CMVMC	1.416,90	923,78
FSE	2.343,59	3.871,58
Gastos Pessoal	12.221,95	12.893,16
Imparidade	747,51	-
Provisões	2.663,12	5.402,85
Outros Gastos e Perdas	13,47	12,00
Gastos Operacionais	19.406,55	23.103,36

O “Custo das Matérias Consumidas” totalizou 1.416,90 m€, valor acima do observado em 2019.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” sofreram, no cômputo global, um decréscimo de 39% face ao ano anterior, o que se justifica essencialmente com a diminuição dos gastos associados aos subcontratos.

Ch.
A.

RELATÓRIO E CONTAS

(Valores expressos em milhares de euros)

	2020	2019
Subcontratos e Parcerias	1.014,97	2.384,03
Trabalhos Especializados	108,25	78,24
Publicidade, Comunicação e Imagem	2,00	1,47
Vigilância e Segurança	0,00	107,24
Honorários	51,36	67,59
Comissões	0,32	0,26
Conservação e Reparação	47,96	53,06
Materiais de Consumo	113,09	60,97
Eletricidade	330,06	353,05
Combustíveis	16,25	25,59
Gás	30,90	45,01
Deslocações, Estadas e Transportes	75,19	72,63
Rendas e Alugueres	104,83	123,43
Comunicação	15,48	17,76
Seguros	82,56	111,40
Contencioso e Notariado	6,91	23,70
Despesas de Representação	0,57	3,03
Limpeza, Higiene e Conforto	338,40	327,93
Diversos	4,48	15,18
	2.343,59	3.871,58

Na análise mais detalhada da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” destaca-se o decréscimo na rubrica Subcontratos”, no montante de 1.369,06 m€.

Os “Gastos com Pessoal” ascenderam a 12.221,95 m€, evidenciando uma diminuição de 671,21 m€ face a 2019. Este decréscimo foi determinado essencialmente pelo efeito da redução do número de funcionários.

RELATÓRIO E CONTAS

(Valores expressos em milhares de euros)

	2020	2019
Órgãos Sociais		
Remunerações	162,63	206,72
Encargos sobre Remunerações	38,78	48,40
Seguro de Saúde	0,58	0,58
	201,99	255,70
Pessoal		
Remunerações	9.486,52	9.991,33
Encargos sobre Remunerações	2.157,14	2.275,07
ADSE	-	-
Seguro de Saúde	66,04	49,11
Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	212,13	206,21
Gastos de Ação Social	25,48	40,15
Outros Gastos	8,45	38,74
Outros Encargos Sociais	64,19	36,84
	12.019,95	12.637,45
	12.221,95	12.893,16
Números de Recursos Humanos no final do período	445	450

Neste âmbito, importa sublinhar o peso significativo dos gastos com pessoal nos gastos totais da empresa, demonstrando claramente a importância da mão-de-obra interna nos serviços por ela prestados, e refletindo a obrigação de serviço público que sobre si impende de manutenção qualitativa e quantitativa das competências de construção, manutenção e reparação naval militar.



M.
A.

RELATÓRIO E CONTAS

Os “Resultados Financeiros” à data de 31 de dezembro de 2020 foram negativos e ascenderam a 3,93 m€.

Em resumo, a conjugação das várias componentes atrás descritas conduziu, ao nível da demonstração de resultados, ao já referido resultado líquido negativo de 6.560,93 m€.

Situação Financeira e Patrimonial

O balanço em 31 de dezembro de 2020 apresenta um ativo líquido de 76.609,98 m€, tendo registado um decréscimo de 11.030,77 m€ em relação a 31 de dezembro de 2019.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2020	2019
Ativo não Corrente	73.947,56	77.637,51
Ativo Corrente	2.662,42	10.003,23
Total do Ativo	76.609,98	87.640,75

O nível de investimento em ativos tangíveis e intangíveis, realizado em 2020, no montante de 1.300,18 m€, significou um decréscimo de 1.086,25 m€ face ao ano anterior (2.386,43 m€ em 2019). O investimento foi inferior às depreciações do ano, que perfizeram o montante de 4.082,43 m€. De salientar que o montante de depreciações referente a ativos transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão, ascendeu a 2.440,88 m€.

Por comparação com 2019, verificou-se uma redução do “Ativo Corrente” em cerca de 7.340,82 m€, determinado pela redução da rubrica “Caixa e Depósitos”, em resultado da necessidade de financiamento da atividade operacional da empresa, e ao investimento afeto ao “Ativo não corrente” que influenciou em grande parte esta redução.

Ch.
M.

RELATÓRIO E CONTAS

(Valores expressos em milhares de euros)

	2020	2019
Inventários	874,31	1.561,19
Clientes, Contribuintes e Utentes	710,19	766,73
Estado e Outros Entes Públicos	77,82	77,82
Outras Contas a Receber	578,62	1.478,39
Diferimentos	4,29	37,45
Caixa e Depósitos	417,18	6.081,65
Total do Ativo Corrente	2.662,42	10.003,23

Observa-se ainda uma diminuição na rubrica “Inventários”, que resulta da utilização de equipamentos e materiais para incorporação na construção das Lanchas Salva-Vidas.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2020	2019
Património Líquido	49.777,95	58.230,56
Passivos não Correntes	19.370,09	19.720,94
Passivos Correntes	7.461,94	9.689,24
Total do Capital Próprio e Passivo	76.609,98	87.640,75

O “Património Líquido” decresceu 8.452,61 m€, perfazendo assim 49.777,95 m€ no final do ano 2020. A variação negativa deve-se essencialmente ao reconhecimento do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes, líquido de imposto (- 1.891,68 m€) e ao resultado negativo do exercício de 2020.

Em termos de “Passivo Total”, no final do exercício de 2020, verificou-se um decréscimo no montante de 2.578,15 m€ quando comparado com o ano anterior.

RELATÓRIO E CONTAS

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2020	2019
Passivos não Correntes		
Provisões	5.601,20	5.402,85
Outras Contas a Pagar - Imposto Referente ao Subsídio não Monetário	13.768,89	14.318,09
	19.370,09	19.720,94
Passivos Correntes		
Fornecedores	1.346,90	447,27
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	1.154,13	1.042,36
Financiamentos Obtidos	423,14	
Fornecedores de Investimentos	113,93	537,73
Outras Contas a Pagar	2.410,83	2.715,11
Diferimentos	2.013,00	4.946,78
	7.461,94	9.689,24
Total do Passivo	26.832,03	29.410,18

As variações mais relevantes dos elementos que constituem o passivo dizem respeito:

- ❖ Ao reconhecimento anual do imposto do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes (- 549,20 m€);
- ❖ Ao aumento dos valores a pagar aos fornecedores (+ 899,63 m€);
- ❖ Ao aumento dos financiamentos obtidos (+ 423,14 m€);
- ❖ Redução do valor a pagar a fornecedores de investimentos (- 423,80 m€); e
- ❖ Redução da rubrica “Diferimentos” (- 2.933,77 m€), relacionado com os rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço.

Ch.

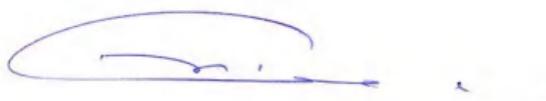
Al.

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23.º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício de 2020 no montante de 6.560.933,05€ (seis milhões, quinhentos e sessenta mil, novecentos e trinta e três euros e cinco cêntimos).

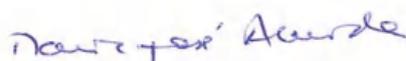
Alfeite, 02 de junho de 2021.

O Conselho de Administração



José Luís Serra Rodrigues

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida

(Vogal do Conselho de Administração)

ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento

a) Indicação dos objetivos definidos pelo acionista para 2020, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Ponto refletido nos capítulos I e II do presente relatório.

b) Evidenciação da execução do plano de atividades e orçamento para 2020, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, justificando os desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Ponto refletido no capítulo III do presente relatório.

c) Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios

O Orçamento do Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020 de 31 de março, prevê para a Arsenal do Alfeite, S.A., receitas no montante de 25.728.253€ (Mapa V - Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das receitas de cada fundo autónomo) e despesas no valor de 25.726.127€ (Mapa VII - Despesas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das despesas de cada fundo autónomo).

RELATÓRIO E CONTAS

A comparação entre os montantes de receitas e despesas estimados para 2020, aquando da elaboração da proposta de orçamento, e os valores reais de execução, permitem identificar desvios, particularmente no que respeita à receita, conforme tabela que se segue:

	Previsão	Efetivo
Receita	25.728.253,00	11.056.175,85
Despesa	25.726.127,00	17.153.726,47

(Valores em euros)

Conforme valores refletidos na execução orçamental da Conta de Gerência do ano 2020, receita e despesa, as despesas pagas ascenderam a 17.153.726,47€, foram arrecadadas receitas do ano de 2020, no valor de 11.056.175,85€, receitas de passivos financeiros no valor de 423.142,50€ e o saldo de gerência de 2019 no valor de 6.079.130,70€.

No que respeita ao desvio negativo na receita, salienta-se que o mesmo se deve ao facto de a Arsenal do Alfeite, S.A. ter contemplado, na sua previsão de receitas para 2020, um conjunto de contratos de prestação de serviços, no âmbito da reparação naval para a Marinha Portuguesa, que não se vieram a verificar em 2020.

Para compensar a diminuição da receita, foram tomadas medidas que visaram a redução da despesa ao longo de 2020, tendo os pagamentos efetuados atingido os 17.153.726,47€, ficando assim 8.572.400,53€ abaixo da despesa prevista no orçamento inicial.

Assim, a não concretização da receita prevista no âmbito dos trabalhos para a Marinha Portuguesa, apesar dos esforços desenvolvidos pela empresa, na vertente da receita, e a necessidade impreterível de cumprimento pela empresa dos direitos legalmente protegidos dos seus trabalhadores (remunerações e contribuições sociais) e de efetuar despesas adicionais com a capacitação submarina, na vertente da despesa, fundamentam o Saldo Global negativo de 6.097.550,62€ (tendo por base a receita efetiva) da Arsenal do Alfeite, S.A., que se registou apesar dos esforços desenvolvidos para contenção da despesa até ao nível da receita.

RELATÓRIO E CONTAS

Descrição	Valor (euros)
1 - Receitas Totais de 2020	17.558.449,05
2 - Passivos Financeiros	423.142,50
3 - Saldo da Gerência do Ano Anterior	6.079.130,70
4 - Receita Efetiva = (1 - 2 - 3)	11.056.175,85
5 - Despesa Efetiva de 2020	17.153.726,47
6 - Saldo Global de 2020 = (4 - 5)	-6.097.550,62

2. Gestão do risco financeiro

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3. Limite de crescimento do endividamento

A empresa dá pleno cumprimento ao definido no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2020), não tendo registado qualquer endividamento bancário em 2020.

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 159.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, verifica-se não existir no exercício em apreço, qualquer novo investimento (entendido como aqueles que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10.000.000,00 ou a 10% do orçamento anual da empresa).

RELATÓRIO E CONTAS

Passivo Remunerado	2020	2019	Variação 20/19	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)				
- do qual concedido pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por conversão créditos	0,00	0,00	0,00	0,00

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, o programa "Pagar a Tempo e Horas", com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears"), bem como a estratégia para a sua diminuição.

De seguida se apresentam os prazos médios de pagamentos a fornecedores nos anos de 2020 e 2019, nos termos da legislação acima mencionada, registando-se um acréscimo em 2020, relativamente a 2019, conforme quadro seguinte:

PMP	2020	2019	Variação 2020/2019	
			Valor	%
Prazo (dias)	102,59	28,89	73,70	255,11

RELATÓRIO E CONTAS

Em 31 de dezembro de 2020, os valores das dívidas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, SA, eram os seguintes:

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120 dias-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	960.915,86	271.835,37	127.325,78	-	-	
Aquisição de Capital	89.846,80	22.828,01	1.252,21	-	-	
Total	1.050.762,66	294.663,38	128.577,99	-	-	

5. Resultados Obtidos/Recomendações do Acionista

Ponto refletido no capítulo II do presente relatório.

6. Remunerações

Conforme Apêndice 1 do presente relatório.

7. Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual resultante do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, não houve reembolso de quaisquer despesas que se insiram no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

RELATÓRIO E CONTAS

No que se refere ao valor das despesas associadas a comunicações (telefone móvel, telefone domiciliário (não aplicável) e internet) veja-se o seguinte quadro:

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)			
Membro do CA Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Luís Garcia Belo	60	179,92	Cumprido
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	50	230,82	Cumprido
José Miguel Antunes Fernandes	80	135,53	Cumprido
José Luís Serra Rodrigues	80	277,67	Cumprido
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	80	97,70	Cumprido
		921,64	

* Salienta-se o exercício de funções dos dois primeiros até 29 de junho de 2020, tendo os 3 últimos membros do Concelho iniciado funções nesta mesma data.

E quanto ao valor do combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS ÀS VIATURAS (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
José Luís Garcia Belo	434,93	1.018,75	499,45	1.518,20	Cumprido
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	347,94	948,46	395,84	1.344,30	Cumprido
José Miguel Antunes Fernandes	434,93	797,60	422,44	1.220,04	Cumprido
José Luís Serra Rodrigues	347,94	1.022,57	962,49	1.985,06	Cumprido
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	347,94	811,19	351,57	1.162,76	Cumprido
				7.230,36	

* Salienta-se o exercício de funções dos dois primeiros até 29 de junho de 2020, tendo os 3 últimos membros do Concelho iniciado funções nesta mesma data.

Am.
A.

8. Despesas Não Documentadas ou Confidenciais

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e o artigo 11.º do referido Estatuto do Gestor Público, é de referir que se registou o integral cumprimento deste normativo, não se tendo verificado no ano de 2020 qualquer despesa não documentada ou confidencial.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi promovida a elaboração e divulgação de um relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres.

De acordo com o último Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres efetuado com referência a 31 de dezembro de 2017, os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 93,75%, enquanto as mulheres representavam 6,25%. Constata-se, contudo, que as mulheres auferiram de remuneração média mais 41,85% do que os homens e, de rendimento médio, mais 44,07%.

Esta matéria, incluindo as medidas tomadas para promover a igualdade e a conciliação entre a vida profissional e pessoal, encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário, no âmbito da análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.

RELATÓRIO E CONTAS

10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Arsenal do Alfeite, S.A. elaborou, aprovou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução se elaboram anualmente. De destacar que este plano foi objeto de atualização em novembro de 2017, sem prejuízo de revisão mais aprofundada do mesmo, na qual se tem vindo a trabalhar em 2020. Quer o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quer os respetivos relatórios de execução, encontram-se devidamente publicados. Esta matéria encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário.

11. Contratação Pública

A matéria referente ao modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2020, e a descrição dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objetos de revisão periódica, com referência à última atualização, encontra-se refletida no capítulo V do presente relatório.

Mais se informa que não foram celebrados em 2020, quaisquer atos ou contratos com valor superior a € 5.000.000,00.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

No decorrer do exercício de 2020, a Arsenal do Alfeite, S.A., recorreu, enquanto entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN), nomeadamente no procedimento de aquisição agregada de Eletricidade, Gás Natural e Combustíveis.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Segundo o artigo 59.º da Lei do Orçamento do Estado para 2020, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que

RELATÓRIO E CONTAS

promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental (Artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho). Assim, e à semelhança dos anos anteriores, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme se depreende do quadro que se segue:

Eficiência Operacional	(Valores expressos em Euros)					
	2020	2020	2019	2018	2020 /2019	
	Execução	Orçamento	Execução	Execução	Valor Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-2.296.923,59	4.302.698,03	-6.835.592,97	-1.324.944,75	4.538.669,38	66,40%
(1) CMVMC	1.416.901,35	1.900.000,00	923.779,23	1.492.516,70	493.122,12	53,38%
(2) FSE	2.343.594,92	5.591.909,58	3.871.577,72	2.552.953,05	-1.527.982,80	-39,47%
(3) Gastos com o pessoal	12.221.945,69	13.509.232,00	12.893.155,91	12.714.842,86	-671.210,22	-5,21%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	2.633,09	5.000,00	37.312,50		-34.679,41	-92,94%
(3.ii) Valorizações remuneratórias	84.026,25	111.300,00	639.592,00	295.264,00	-555.565,75	-86,86%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT						-
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3 - 3.i) - 3.ii) - 3.iii)	12.135.286,35	13.392.932,00	12.216.251,41	12.419.578,86	-80.965,06	-0,66%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e Gastos com o Pessoal)						
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	15.895.782,62	20.884.841,58	17.011.608,36	16.465.048,61	-1.115.825,74	-6,56%
(7) Volume de Negócios (VN)	11.172.679,84	22.123.840,00	12.365.676,42	10.712.680,89	-1.192.996,58	-9,65%
(7.i) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19						
(8) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+7.i)	11.172.679,84	22.123.840,00	12.365.676,42	10.712.680,89	-1.192.996,58	-9,65%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	1,42	0,94	1,38	1,54		
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	29.176,13	22.500,00	30.643,80	151.044,49	-1.467,67	-4,79%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	20.231,10	10.000,00	7.730,71	98.933,75	12.500,39	161,70%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	76.203,28	87.526,00	91.302,52	85.472,91	-15.099,24	-16,54%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	125.610,51	120.026,00	129.677,03	335.451,15	-4.066,52	-3,14%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria						
Número Total de RH(OS+CD+Trabalhadores)	445	520	450	480	-5,00	-1,11%
Nº de Órgãos Sociais (OS)	3	3	2	3	1,00	50,00%
Nº de Cargos de Direção (CD)	13	18	16	18	-3,00	-18,75%
Nº de trabalhadores (sem OS e sem CD)	429	499	432	459	-3,00	-0,69%
Nº Trabalhadores/Nº de CD	33,00	27,72	27,00	25,50	6,00	22,22%
Nº de viaturas	27	29	29	29	-2,00	-6,90%

O rácio entre os principais gastos operacionais e o volume de negócios da empresa apresenta uma evolução ligeiramente desfavorável, passando de 1,38 em 2019 para 1,42 em 2020. Esta evolução resulta de um decréscimo de 9,65% (- 1.193,00 m€) no volume de negócios, acompanhado pelo decréscimo de 6,56% (- 1.115,83 m€) desses principais gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes). Apesar da redução do volume de negócios, houve também uma redução dos gastos operacionais, o que proporcionou que o EBITDA (Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento e impostos) tivesse uma evolução bastante positiva face ao ano de 2019 (+ 66,40%). O decréscimo dos gastos operacionais ficou a dever-se essencialmente à diminuição dos fornecimentos e serviços externos.

RELATÓRIO E CONTAS

A diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos, resulta da redução dos encargos com os subcontratos, e das medidas de racionalização de serviços e de contenção de custos implementada pela empresa. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas teve um aumento de 493,12 m€ interligados com a atividade produtiva do estaleiro, nomeadamente devido à construção das lanchas Salva Vidas.

Os gastos com pessoal, depois de corrigidos dos efeitos da reversão da aplicação das normas de redução remuneratória, registaram uma redução em cerca de 0,66% (- 80,97 m€).

No ano de 2020, registou-se uma diminuição de 12,82% dos gastos com comunicações relativamente ao ano de 2019.

Os gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo sofreram um aumento face a 2020, fruto do aumento dos gastos com a deslocação de trabalhadores do estaleiro ao estrangeiro, para repararem navios da Marinha Portuguesa.

Em 2020 houve uma diminuição dos gastos com viaturas, por comparação com 2019. No corrente ano, as viaturas em aluguer operacional foram reduzidas de 7 para 5.

O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, tiveram um decréscimo de 3,14% (- 4,07 m€).

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Não se verificou, em 2020, qualquer contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria nos termos do artigo 49.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao vertido no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conjugado com o artigo 141º da Lei de Orçamento de Estado para 2019 e artigo

RELATÓRIO E CONTAS

115º do Decreto-Lei de Execução Orçamental, esta empresa dá integral cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, tendo, concentrado todas as suas disponibilidades bancárias na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., no valor total de 416.865,39€.

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	3.187.259,20	1.293.198,81	36.987,92	416.865,39
Aplicações Financeiras				
Total	3.187.259,20	1.293.198,81	36.987,92	416.865,39

A empresa não detém disponibilidades financeiras junto da banca comercial. Dado não ter havido incumprimento deste princípio e respetivas regras não há lugar à entrega de rendimento na tesouraria central do Estado.

16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas não efetuou qualquer auditoria à empresa em 2020 ou nos anos anteriores.

No que respeita à submissão de contratos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), salienta-se não ter existido em 2020 qualquer procedimento sujeito a tal fiscalização.

17. Plano para a Igualdade

No que respeita ao plano de igualdade, foi o mesmo aprovado em dezembro de 2020 e remetido às competentes entidades.

Esta matéria, incluindo as medidas tomadas para promover a igualdade e a conciliação entre a vida profissional e pessoal, encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário.

Ch.
A.

RELATÓRIO E CONTAS

18. Demonstração Financeira

Não aplicável uma vez que a demonstração não financeira citada em epígrafe apenas é exigida as grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do seu balanço, excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual.

Recorda-se, a este respeito, que a Arsenal do Alfeite, S.A. não é abrangida pelos requisitos estabelecidos no preceito legal em apreço, não sendo, portanto, exigível a referida demonstração, uma vez que detinha 445 trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2020.

19. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro seguinte, não divulgado neste último sítio internet por a acionista da Arsenal do Alfeite, S.A., não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/ N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=209
Caracterização da Empresa	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=161
Função de tutela e acionista	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=105
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106

RELATÓRIO E CONTAS

- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=319
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=319
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=319
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais		2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
Esforço Financeiro Público	NA	-	-
Ficha Síntese	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=269
Informação Financeira histórica e atual	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
Princípios do Bom Governo			
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=118
- Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
- Outras transações	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
- Económico	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=129
- Social	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=128
- Ambiental	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=130
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
- Código de Ética	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=109

Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS

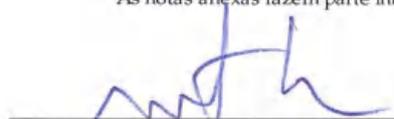
ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	71.765.456,74	74.263.942,61
Ativos intangíveis	3	620.695,01	2.141.181,99
Outros ativos financeiros	18.3	23.439,26	16.747,94
Ativos por impostos diferidos	26	1.537.972,70	1.215.640,77
Total de ativos não correntes		73.947.563,71	77.637.513,31
Ativo corrente			
Inventários	10	874.313,51	1.561.190,03
Cientes, contribuintes e utentes	18.1	710.191,75	766.729,49
Estado e outros entes públicos	25	77.818,34	77.818,34
Outras contas a receber	18.1	578.621,57	1.478.387,16
Diferimentos	24	4.291,00	37.452,93
Caixa e depósitos	1.2.3	417.179,04	6.081.653,90
Total de ativos correntes		2.662.415,21	10.003.231,85
TOTAL DO ATIVO		76.609.978,92	87.640.745,16
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital	18.4	32.400.000,00	32.400.000,00
Reservas	18.4	299.152,72	299.152,72
Resultados Transitados	18.4	-25.680.908,31	-16.003.398,92
Outras variações no Património Líquido	23	49.320.637,89	51.212.316,72
Resultado líquido do período		-6.560.933,05	-9.677.509,83
Total do Património Líquido		49.777.949,25	58.230.560,69
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	5.601.199,00	5.402.847,86
Outras contas a pagar	23	13.768.894,85	14.318.091,94
Total de passivos não correntes		19.370.093,85	19.720.939,80
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2	1.346.902,64	447.267,96
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2		
Estado e outros entes públicos	25	1.154.130,87	1.042.358,82
Financiamentos obtidos	7	423.142,50	
Fornecedores de investimentos	18.2	113.927,02	537.730,64
Outras contas a pagar	18.2	2.410.830,24	2.715.110,12
Diferimentos	24	2.013.002,55	4.946.777,13
Total de passivos correntes		7.461.935,82	9.689.244,67
TOTAL DO PASSIVO		26.832.029,67	29.410.184,47
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		76.609.978,92	87.640.745,16

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2020 e 2019


O Contabilista Público


O Conselho de Administração

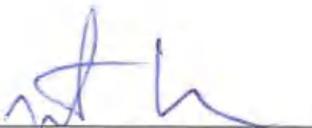
RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2020	31.12.2019
Impostos, contribuições e taxas		5.869,46	235,02
Vendas	13	19.713,25	1.003,00
Prestações de serviços e concessões	13	11.152.966,59	12.364.673,42
Transferências e subsídios correntes obtidos	29	47.224,65	
Trabalhos para a própria entidade	3 e 5	954.152,15	857.695,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.416.901,35	-923.779,23
Fornecimentos e serviços externos	28	-2.343.594,92	-3.871.577,72
Gastos com pessoal	19	-12.221.945,69	-12.893.155,91
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1		
Provisões (aumentos/reduções)	15	-198.352,00	-5.109.078,86
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-747.513,56	
Outros rendimentos	27	2.464.923,32	2.750.390,37
Outros gastos		-13.465,49	-11.998,39
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		-2.296.923,59	-6.835.592,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-4.082.427,32	-3.961.675,87
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-486.719,65	
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-6.866.070,56	-10.797.268,84
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-3.929,58	-205,88
Resultado antes de impostos		-6.870.000,14	-10.797.474,72
Imposto sobre o rendimento	26	309.067,09	1.119.964,89
Resultado líquido do período		-6.560.933,05	-9.677.509,83

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019


 O Contabilista Público


 O Conselho de Administração

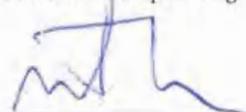
RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2020	31.12.2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		11.002.218,62	19.687.858,48
Pagamentos a fornecedores		-3.311.780,27	-6.166.561,58
Pagamentos ao Pessoal		-6.990.197,84	-7.264.031,58
Caixa gerada pelas operações		700.240,51	6.257.265,32
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-27.206,17	-35.991,55
Outros recebimentos/pagamentos		-5.926.694,77	-7.091.533,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-5.253.660,43	-870.259,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-810.863,66	-1.417.592,28
Ativos intangíveis		-15.842,39	-29.894,27
Investimentos financeiros			
Outros ativos		-6.639,14	
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-833.345,19	-1.447.486,55
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		424.453,96	1.923,20
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Outras operações de financiamento		-1.923,20	-3.198,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		422.530,76	-1.275,47
Variações de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-5.664.474,86	-2.319.021,78
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.081.653,90	8.400.675,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.3	417.179,04	6.081.653,90
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.081.653,90	8.400.675,68
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		6.081.653,90	8.400.675,68
De execução orçamental		6.079.130,70	8.396.877,01
De operações de tesouraria		2.523,20	3.798,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		417.179,04	6.081.653,90
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		417.179,04	6.081.653,90
De execução orçamental		404.722,58	6.079.130,70
De operações de tesouraria		12.456,46	2.523,20

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019



O Contabilista Público



O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

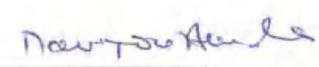
Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Euros)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe						Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital/Património Realizado	Reservas Legais	Resultados Titulizados	Outras Variações no património líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
Posição no início do período - 2020	(1) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-16.003.398,92	51.212.316,72	-9.677.509,83	58.230.560,69	0,00	58.230.560,69
Alterações no Período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				549.197,09		549.197,09		549.197,09
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23			0,44	-2.440.875,92		-2.440.875,48		-2.440.875,48
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2019				-9.677.509,83		9.677.509,83	0,00		0,00
	(2)		0,00	-9.677.509,39	-1.891.678,83	9.677.509,83	-1.891.678,39	0,00	-1.891.678,39
Resultado Líquido do Período	(3)					-6.560.933,05	-6.560.933,05		-6.560.933,05
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)					-3.116.576,78	-3.116.576,78	0,00	-3.116.576,78
Operações com Detentores de Capital no Período									
	(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período - 2020	(6)=(1)+(2)+(3)+(5) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-23.680.908,31	49.320.637,89	-6.560.933,05	49.777.949,25	0,00	49.777.949,25

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no Património Líquido no período findo em 31 de Dezembro de 2020

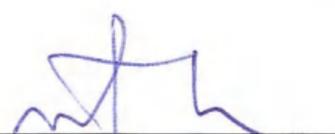

O Contabilista Público


O Conselho de Administração

(Valores expressos em Euros)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe						Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital/Património Realizado	Reservas Legais	Resultados Titulizados	Outras Variações no património líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
Posição no início do período - 2019	(1) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-11.549.639,20	53.246.801,44	-4.453.759,72	69.942.555,24	0,00	69.942.555,24
Alterações no Período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				590.656,88		590.656,88		590.656,88
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				-2.625.141,60		-2.625.141,60		-2.625.141,60
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2018				-4.453.759,72		4.453.759,72	0,00		0,00
	(2)		0,00	-4.453.759,72	-2.034.484,72	4.453.759,72	-2.034.484,72	0,00	-2.034.484,72
Resultado Líquido do Período	(3)					-9.677.509,83	-9.677.509,83		-9.677.509,83
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)					-5.223.750,11	-5.223.750,11	0,00	-5.223.750,11
Operações com Detentores de Capital no Período									
	(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período - 2019	(6)=(1)+(2)+(3)+(5) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-16.003.398,92	51.212.316,72	-9.677.509,83	58.230.560,69	0,00	58.230.560,69

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no Património Líquido no período findo em 31 de Dezembro de 2019


O Contabilista Público


O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

A Arsenal do Alfeite, S.A. com sede no Alfeite, Almada, com a classificação orgânica n.º 06.1.90.01.00, pertencendo à tutela do Ministério da Defesa Nacional, iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2009, tendo por objeto principal a prestação de serviços que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

Pode ainda desenvolver para clientes nacionais e estrangeiros, militares e civis, outras atividades relacionadas com o seu objeto, nomeadamente: produção, manutenção e reparação de bens, execução de trabalhos e prestação de serviços de engenharia e serviços de natureza industrial, prestação de serviços de gestão de infraestruturas industriais, de serviços administrativos e complementares e auxiliares da atividade industrial. Pode, igualmente, desenvolver o comércio e indústria de bens e tecnologias militares, bem como constituir, adquirir ou participar no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o seu, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado.

O Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, constituiu a Arsenal do Alfeite, S.A., com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos. Está integrada no *cluster* naval da IdD - Portugal Defence, S.A., *holding* das indústrias de defesa portuguesas cuja atividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

RELATÓRIO E CONTAS

No que respeita à sua titularidade, salienta-se que as ações da empresa eram detidas, durante o exercício de 2019, e na sua totalidade, pela empresa pública Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., em liquidação. Com a liquidação desta entidade em 31 de dezembro de 2019 a participação passou a ser detida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O Despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro de Sua. Ex^a, o Ministro da Defesa Nacional e Sua. Ex^a., o Secretário de Estado do Tesouro, determinou a transmissão da totalidade das ações, por aumento de capital em espécie, à empresa IdD, S. A., em virtude do encerramento da liquidação da Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A..

Assim, as ações da empresa eram detidas, durante o exercício de 2020, e na sua totalidade, pela empresa IdD— Portugal defence, S.A..

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à Arsenal do Alfeite, S.A., a concessão de serviço público objeto da respetiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite, sito na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, Laranjeiro, concelho de Almada. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, concelho do Seixal, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval de Lisboa, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A., integram a concessão os bens móveis e imóveis afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infraestruturas relativas à exploração da atividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes

RELATÓRIO E CONTAS

cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 kV, redes elétricas, telefónicas, de sinal em fibra ótica e de fluidos (Anexo III do contrato de concessão);

- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração da atividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de setembro de 2009.

O período do relato abrangido pelas demonstrações financeiras encontra-se compreendido entre o dia 1 de janeiro de 2020 e o dia 31 de dezembro de 2020.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

1.2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (“SNC-AP”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, e seguindo os respetivos modelos de demonstrações financeiras.

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas de Contabilidade Pública (“NCP”) que integram o SNC-AP.

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excepcionais que implicassem a derrogação de disposições do SNC-AP e que tivessem efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As notas indicadas neste anexo, seguem a sequência numérica prevista no Modelo de Notas Explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras, constantes na NCP n.º 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. Relativamente àquelas que se considere não existir informações que justifique a sua divulgação, não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

1.2.2. Comparabilidade

Todos os conteúdos das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados por Naturezas são comparáveis com os do período anterior.

No âmbito da preparação das Demonstrações Financeiras referentes ao 1.º semestre/2020, aquando do cálculo do valor das obras que estavam em curso à data de junho, verificou-se que as percentagens de acabamento nessa data não eram consistentes com as verificadas em 31/12/2019 assumindo particular relevância o facto de todos os projetos que estavam em curso à data de 30/06/2020, apenas um deles não tinha transitado do ano 2019. Assim, procedeu-se a uma verificação analítica de todos os dados/fatores que contribuem para o apuramento do grau de desenvolvimento de produtos e trabalhos em curso.

Verificou-se que o somatório do custeio imputado as todas as obras realizadas em 2019, não era consistente com os valores registados na Contabilidade Financeira. Esta situação resultou do facto do valor do custo do HH imputado às horas produzidas em 2019, não refletir os custos incorridos em 2019. Deste modo procedeu-se ao recálculo do valor do HH do ano 2019, de modo a que este refletisse os custos incorridos em 2019. Como nas obras em curso em 31/12/2019, algumas começaram em 2017, outras em 2018, e outras ainda em 2019, foi necessário o recalcularem o custo do HH destes três anos, uma vez que,

RELATÓRIO E CONTAS

nestes anos, o valor do custo do HH imputado às horas produzidas, não refletia a totalidade dos custos incorridos.

Apresenta-se a seguir um quadro com as diferenças no valor do custo do HH médio para os anos 2017, 2018 e 2019.

Recálculo do valor do custo do HH médio			
Descrição	Ano		
	2017	2018	2019
Valor imputado	35,36	35,36	35,36
Valor recalculado	39,06	48,20	56,82
Diferença em valor	3,70	12,84	21,46
Diferença em %	10,46%	36,31%	60,69%

Tendo em contas estas diferenças, foi recalculado o custeio de todas as obras realizadas (para clientes externos e também as obras de manutenção interna (PTI's)) nos anos 2017, 2018 e 2019, com base no valor do HH recalculado em cada um dos respetivos anos. Foram também recalculados todos os orçamentos dos custos das obras, validados nos anos 2017, 2018 e 2019.

Da análise das obras em curso a 31/12/2019, verificou-se que o total de horas estimadas para concluir os projetos eram manifestamente insuficientes. Após uma análise detalhada das horas já incorridas, e as necessárias para concluir os projetos, chegou-se à conclusão que as percentagens de acabamento a 31/12/2019 seriam as seguintes:

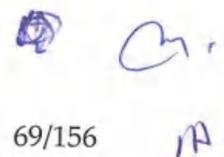
RELATÓRIO E CONTAS

Avanços de obra em HH a 31/12/2019				
Projecto	Nome	Valores a 31/12/2019	Novo cálculo a 31/12/2019	Diferença
669	NRP GUADIANA	58,30%	72,38%	14,08%
682	SALVA-VIDAS C152 C153	48,50%	29,98%	-18,52%
694	TRIDENTE	98,00%	92,71%	-5,29%
702	ARPÃO	98,00%	86,63%	-11,37%
705	ARPÃO - MARINHA	66,90%	27,30%	-39,60%
705	ARPÃO - TKMS	54,00%	22,65%	-31,35%
706	SAGRES	99,90%	98,20%	-1,70%
708	VASCO DA GAMA	39,00%	25,70%	-13,30%
716	FRAGATAS VASCO DA GAMA	82,00%	39,19%	-42,81%
752	NRP ANTÓNIO ENES	34,00%	7,56%	-26,44%
757	VIANA DO CASTELO	12,00%	2,83%	-9,17%

No projeto 705, os contratos de reparação do submarino "Arpão", com a Marinha Portuguesa e a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS), encontram-se registados a 31/12/2019 nas prestações de serviços em curso, sem quantificação, com base em *Metas de Progresso*. Assim, tendo em conta a faturação constante a 31/12/2019, os avanços de obra seriam de 66,90% no contrato com a Marinha Portuguesa, e de 54,00% com a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS).

Os réditos provenientes das prestações de serviços, devem ser reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato. Esta é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (HH) imputados e HH estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Em virtude do exposto no ponto anterior, os custos incorridos até 31/12/2019 com o HH atualizado, referentes aos projetos que estavam em curso nesta data, são necessariamente superiores. Esta situação implica, que a estimativa dos custos necessários para concluir os projetos à data de 31/12/2019, seja de valor mais elevado.



RELATÓRIO E CONTAS

Com base no total de horas aplicadas em 2017, 2018, 2019, 30/06/2020 e 30/09/2020, e tendo em conta o total de horas estimadas para a completar os contratos no início de outubro/2020, foram calculados os avanços de obra em 2017, 2018, 2019, 30/06/2020 e 30/09/2020.

Produtos e Trabalhos em Curso

Avanços de obra em HH									
Projecto	Nome	HH Imputados até 30/09/2020	Estimativa de HH para concluir o projecto	Estimativa de HH totais do projecto	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	30/06/2020	30/09/2020
669	NRP GUADIANA	42.151	16.000	58.151	25,88%	68,11%	72,38%	72,49%	72,49%
682	SALVA-VIDAS C152 C153	69.700	41.350	111.050	0,00%	8,83%	29,98%	52,19%	62,76%
694	TRIDENTE	6.343	280	6.623	58,64%	73,83%	92,71%	95,77%	95,77%
702	ARPÃO	3.913	200	4.113	0,00%	71,70%	86,63%	87,11%	95,14%
705	ARPÃO - MARINHA	42.920	25.490	68.410	0,00%	0,00%	27,30%	53,56%	62,74%
705	ARPÃO - TKMS	35.785	33.790	69.575	0,00%	0,00%	22,65%	44,84%	51,43%
706	SAGRES	107.927	0	107.927	0,00%	1,27%	98,20%	99,69%	100,00%
708	VASCO DA GAMA	19.296	18.800	38.096	0,00%	0,00%	25,70%	44,00%	50,65%
716	FRAGATAS VASCO DA GAMA	18.232	0	18.232	0,00%	0,00%	39,19%	92,89%	100,00%
752	NRP ANTÓNIO ENES	10.740	0	10.740	0,00%	0,00%	7,56%	100,00%	100,00%
757	VIANA DO CASTELO	10.221	1.000	11.221	0,00%	0,00%	2,83%	66,84%	91,09%
762	D. FRANCISCO DE ALMEIDA	13.768	300	14.068	0,00%	0,00%	0,00%	83,30%	97,87%

Esta situação originou a necessidade de elaborar um novo mapa dos projetos em curso em 31/12/2019. Com este mapa evidencia-se a estimativa global de custos de cada projecto, tendo por base os custos incorridos até 31/12/2019 com o HH atualizado, e as respetivas percentagens de acabamento em HH na mesma data. Também é possível determinar os réditos a reconhecer até 31/12/2019, bem como as estimativas das provisões a 31/12/2019, para fazer face às perdas esperadas nos vários contratos, uma vez que, os custos totais dos contratos excedem o rédito total dos contratos.

 M.
M.

RELATÓRIO E CONTAS

Data de Atualização: 30/09/2020
 Mês a que reportam os dados: DEZEMBRO DE 2019

VALORES DE VENDA E CUSTOS INICIAIS ESTIMADOS

Descrição Projeto	Valor do Projecto a 31/12/2019 (euros)	Orçamento de Custo (euros)	Margem do Projeto (%)	Orçamento de Custo com HH Atualizado (euros)	Margem do Projeto com HH Atualizado (%)	Diferença entre Valor de Venda e Orçamento de Custo Atualizado	Valor do Projecto a 30/09/2020 (euros)
(1)	(2)	(3)	4 = (2-3)/2	(5)	6 = (2-5)/2	7 = (2-5)	(8)
PROJETO 669 - NRP Guadiana	1 779 122	1 582 280	11,06%	2 252 094	-26,58%	-472 972	1 779 122
PROJETO 682 - SALVA-VIDAS C152 C153	2 830 189	2 250 000	20,50%	2 250 000	20,50%	580 189	2 830 189
PROJETO 694 - Tridente	316 790	309 053	2,44%	322 548	-1,82%	-5 758	298 550
PROJETO 702 - Arpão	142 806	149 400	-4,62%	195 236	-36,71%	-52 430	141 991
PROJETO 705 - Arpão RI D - Marinha	2 538 872	2 274 925	10,40%	3 162 031	-24,54%	-623 159	2 538 872
PROJETO 705 - Arpão RI D - TKMS	3 723 629	2 702 912	27,41%	4 498 518	-20,81%	-774 889	3 723 629
PROJETO 706 - Sagres	5 641 864	3 956 025	29,88%	6 278 744	-11,29%	-636 880	5 540 506
PROJETO 708 - Vasco da Gama	1 456 776	1 708 250	-17,26%	2 942 461	-101,98%	-1 485 685	1 804 264
PROJETO 716 - Fragatas Vasco da Gama							
PROJETO 752 - NRP António Enes	267 026	253 120	5,21%	326 736	-22,36%	-59 710	591 523
PROJETO 757 - Viana do Castelo	352 203	308 906	12,29%	449 754	-27,70%	-97 551	584 666
Total	19 049 276	15 494 870		22 678 123		-3 628 847	19 833 310

Data de Atualização: 30/09/2020
 Mês a que reportam os dados: DEZEMBRO DE 2019

FATURAÇÃO

CONTROLO DE CUSTOS

% ACABAMENTO

Descrição Projeto	Faturação a 31.12.2019	Valor a Faturar	Faturação Total	Estimativa Global de Custos	Custos Incorridos até 31/12/2019 com HH Atualizado	Custos para Concluir o Projeto a 31/12/2019	% de Acabamento em HH em 31/12/2019	% de Acabamento em Função dos Custos em 31/12/2019
(1)	(9)	10 = (2-9)	11 = (9+10)	12 = (13/15)*100%	(13)	14 = (12-13)	(15)	16 = (13/12)
PROJETO 669 - NRP Guadiana	1 112 036	667 086	1 779 122	3 015 032	2 182 280	832 752	72,38%	72,38%
PROJETO 682 - SALVA-VIDAS C152 C153	1 989 623	840 566	2 830 189	5 460 366	1 637 018	3 823 348	29,98%	29,98%
PROJETO 694 - Tridente	210 515	106 275	316 790	338 307	313 645	24 663	92,71%	92,71%
PROJETO 702 - Arpão	141 631	1 175	142 806	280 845	243 296	37 549	86,63%	86,63%
PROJETO 705 - Arpão RI D - Marinha	1 698 381	840 491	2 538 872	4 350 408	1 187 661	3 162 747	27,30%	27,30%
PROJETO 705 - Arpão RI D - TKMS	2 010 760	1 712 869	3 723 629	4 338 165	982 594	3 355 571	22,65%	22,65%
PROJETO 706 - Sagres	5 037 599	604 265	5 641 864	7 334 088	7 202 074	132 014	98,20%	98,20%
PROJETO 708 - Vasco da Gama	1 147 379	309 397	1 456 776	2 749 638	706 657	2 042 981	25,70%	25,70%
PROJETO 716 - Fragatas Vasco da Gama								
PROJETO 752 - NRP António Enes	160 215	106 811	267 026	1 190 382	89 993	1 100 389	7,56%	7,56%
PROJETO 757 - Viana do Castelo	137 812	214 391	352 203	709 217	20 071	689 146	2,83%	2,83%
Total	13 645 951	5 403 326	19 049 276	29 766 449	14 565 290	15 201 160		

RELATÓRIO E CONTAS

Data de Atualização:

30/09/2020

Mês a que reportam os dados:

DEZEMBRO DE 2019

RÉDITOS

Descrição Projeto	Réditos a Reconhecer até 31/12/2019	Réditos a Reconhecer Anos Futuros	Réditos a Reconhecidos em 31/12/2019	Diferença entre os Réditos Reconhecidos e os a Reconhecer em 31/12/2019	Constituição de Provisão a 31/12/2019	Constituição de Provisão a 31/12/2019 Tendo em Conta o Valor do Projeto a 30/09/2020	Margem do Projeto a 31/12/2019
(1)	17 = (2*15)	18 = (2-17)	(19)	20 = (17-19)	21 = (14-18)	22 = (21-(8-2))	23 = (2-12)/2
PROJETO 669 - NRP Guadiana	1 287 728	491 393	1 739 631	-451 902	341 358	341 350	-69%
PROJETO 682 - SALVA-VIDAS C152 C153	848 491	1 981 698	1 372 642	-524 151	1 841 650	1 841 650	-93%
PROJETO 694 - Tridente	293 696	23 094	310 454	-16 758	1 569	19 809	-7%
PROJETO 702 - Arpão	123 713	19 093	139 950	-16 237	18 456	19 271	-97%
PROJETO 705 - Arpão RI D - Marinha	693 112	1 845 760	1 698 381	-1 005 269	1 316 987	1 316 987	-71%
PROJETO 705 - Arpão RI D - TKMS	843 802	2 880 227	2 010 760	-1 167 358	475 344	475 344	-17%
PROJETO 706 - Sagres	5 540 310	101 554	5 636 222	-95 512	30 460	131 818	-30%
PROJETO 708 - Vasco da Gama	374 391	1 082 385	568 115	-193 724	960 597	613 109	-89%
PROJETO 716 - Fragatas Vasco da Gama							
PROJETO 752 - NRP António Enes	20 187	246 839	50 789	-70 602	853 550	529 053	-346%
PROJETO 757 - Viana do Castelo	9 967	342 236	42 264	-32 297	346 911	114 448	-101%
Total	10 034 998	9 014 278	13 609 208	-3 574 210	6 186 882	5 402 848	

Nota: O projeto n.º 716 - FRAGATAS VASCO DA GAMA - NRP CORTE REAL refere-se a trabalhos eventuais e a serviços de reparação urgentes. Em 2019 foi incluído nas obras em curso porque tinha encomendas com trabalhos em curso de valor significativo. Os projetos de trabalhos eventuais e serviços de reparação urgentes não passavam nas obras em curso. Estes projetos têm muitas requisições associadas, referentes a pequenas reparações, e de pequenos montantes. Assim, como para o projecto n.º 716 não é possível fornecer a informação detalhada de forma retroactiva a 31/12/2019, referente à estimativa global de custos de cada contrato e as respetivas percentagens de acabamento em HH, não foi incluído nesta análise.

Tendo em conta os novos valores dos projetos em curso em 31/12/2019, evidenciados no mapa anterior, foram elaborados a Demonstração de Resultados e o Balanço a 31/12/2019.





RELATÓRIO E CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (INDIVIDUAL) DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2019 HH atualizado	31.12.2019 Relatório e Contas
Impostos e taxas		235,02	235,02
Vendas	13	1.003,00	1.003,00
Prestações de serviços	13	12.364.673,42	15.938.883,00
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos			
Trabalhos para a própria entidade	3 e 5	857.695,33	857.695,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-923.779,23	-923.779,23
Fornecimentos e serviços externos	28	-3.871.577,72	-3.871.577,72
Gastos com pessoal	19	-12.893.155,91	-12.893.155,91
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1		
Provisões (aumentos/reduções)	15	-5.109.078,86	258.384,00
Outros rendimentos e ganhos	27	2.750.390,37	2.750.390,37
Outros gastos e perdas		-11.998,39	-11.998,39
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		-6.835.592,97	2.106.079,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-3.961.675,87	-3.961.675,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-10.797.268,84	-1.855.596,40
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-205,88	-205,88
Resultado antes de impostos		-10.797.474,72	-1.855.802,28
Imposto sobre o rendimento	26	1.119.964,89	-87.714,25
Resultado líquido do período		-9.677.509,83	-1.943.516,53

Da análise da Demonstração de Resultados do Relatório e Contas de 2019, e da referente à mesma data, mas com o HH atualizado, e as respetivas percentagens de acabamento em HH na mesma data, verifica-se que as Prestações de Serviços encontram-se sobreavaliadas em € 3.574.209,58, as Provisões estão subavaliadas em € 5.367.462,86, o Imposto sobre o rendimento está sobreavaliado em € 1.207.679,14, o que origina que o Resultado Líquido do Período seja negativo no montante de € 9.677.509,83.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

RELATÓRIO E CONTAS

BALANÇO (INDIVIDUAL) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2019 HH actualizado	31.12.2019 Relatório e Contas
ATIVO			
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos fixos tangíveis	5	74.263.942,61	74.263.942,61
Ativos intangíveis	3	2.141.181,99	2.141.181,99
Outros ativos financeiros	18.3	16.747,94	16.747,94
Ativos por impostos diferidos	26	1.215.640,77	7.961,63
Total de ativos não correntes		77.637.513,31	76.429.834,17
<u>Ativo corrente</u>			
Inventários	10	1.561.190,03	1.561.190,03
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	766.729,49	766.729,49
Estado e outros entes públicos	25	77.818,34	77.818,34
Outras contas a receber	18.1	1.478.387,16	1.478.387,16
Diferimentos	24	37.452,93	37.452,93
Caixa e depósitos	1.2.3	6.081.653,90	6.081.653,90
Total de ativos correntes		10.003.231,85	10.003.231,85
TOTAL DO ATIVO		87.640.745,16	86.433.066,02
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
<u>Património Líquido</u>			
Património/Capital	18.4	32.400.000,00	32.400.000,00
Reservas	18.4	299.152,72	299.152,72
Resultados Transitados	18.4	-16.003.398,92	-16.003.398,92
Outras variações no Património Líquido	23	51.212.316,72	51.212.316,72
Resultado líquido do período		-9.677.509,83	-1.943.516,53
Total do Património Líquido		58.230.560,69	65.964.553,99
PASSIVO			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	15	5.402.847,86	35.385,00
Outras contas a pagar	23	14.318.091,94	14.318.091,94
Total de passivos não correntes		19.720.939,80	14.353.476,94
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	18.2	447.267,96	447.267,96
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2		
Estado e outros entes públicos	25	1.042.358,82	1.042.358,82
Fornecedores de investimentos	18.2	537.730,64	537.730,64
Outras contas a pagar	18.2	2.715.110,12	2.715.110,12
Diferimentos	24	4.946.777,13	1.372.567,55
Total de passivos correntes		9.689.244,67	6.115.035,09
TOTAL DO PASSIVO		29.410.184,47	20.468.512,03
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		87.640.745,16	86.433.066,02





RELATÓRIO E CONTAS

Da análise dos dois Balanços, verifica-se que o total do Ativo se encontra subavaliado em € 1.207.679,14, referente aos Ativos por Impostos Diferidos, mais concretamente ao Imposto Sobre o Rendimento. O total do Património Líquido e Passivo também se encontram subavaliado no mesmo montante.

A diferença no total do Património Líquido e Passivo, resulta de três fatores:

- o total do Património Líquido, está sobreavaliado em € 7.733.993,30, devido à diferença no mesmo montante no Resultado Líquido do Período;
- o Passivo não Corrente está subavaliado em € 5.367.462,86, devido à diferença no mesmo montante na rubrica das Provisões; e
- o Passivo Corrente está subavaliado em € 3.574.209,58 na rubrica dos Diferimentos, proveniente dos valores das Prestações de Serviços do ano 2019, mas cujo crédito se refere ao ano seguinte.

Face ao exposto anteriormente, todas as matérias relacionadas com os aspetos referidos com a Demonstração dos Resultados por Naturezas e com o Balanço do ano 2019, foram refletidos nas Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas referentes ao ano de 2019, de modo a que os valores do ano 2020 sejam comparáveis com os do período anterior.

1.2.3. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2020	2019
Numerário	313,65	565,38
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	316.865,39	5.981.088,52
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – IGCP- responsabilidade ambiental	100.000,00	100.000,00
Aplicações de Tesouraria	-	-
	<u>417.179,04</u>	<u>6.081.653,90</u>

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E..

Para cumprimento do artigo 22º do Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, decorrente do Decreto-Lei n.º 13/2016, de 9 de março, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e determina a constituição obrigatória de uma garantia financeira própria e autónoma, foi constituída no exercício de 2015, um fundo próprio no montante de € 100.000,00 (cem mil euros).

Handwritten marks: a circled number 15, the letter 'A', and a signature-like mark.

2. Principais Políticas Contabilísticas – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

1.3. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

1.3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização, para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela Arsenal do Alfeite, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens reversíveis*, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

RELATÓRIO E CONTAS

Os *bens reversíveis* e os *bens próprios* encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Anos de vida útil
<i>Bens Concessionados</i>	
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Equipamento administrativo	3 - 25
Equipamento de oficina e reparações	2 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 30
	Anos de vida útil

<i>Bens Próprios e Bens Reversíveis</i>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Equipamento de oficina e reparações	4 - 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8

RELATÓRIO E CONTAS

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

1.3.2. Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

RELATÓRIO E CONTAS

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

1.3.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

1.3.4. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas.

Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

RELATÓRIO E CONTAS

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

1.3.5. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

1.3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os créditos a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

RELATÓRIO E CONTAS

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

1.3.7. Rédito

Rendimento de transações com contraprestação

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Rendimentos provenientes de vendas e prestação de serviços

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

RELATÓRIO E CONTAS

- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh) imputados e Hh estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

RELATÓRIO E CONTAS

As variações nos trabalhos contratados são consideradas à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

Juros obtidos

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

1.4. Outras políticas contabilísticas relevantes

1.4.1. Imparidade de ativos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas por imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

1.4.2. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

1.4.3. Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

1.4.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes

diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.

1.4.5. Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos tangíveis e intangíveis, durante a sua fase de construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

1.4.6. Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

1.5. Julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que o órgão de gestão faça julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tenham maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

No exercício económico de 2020, não ocorreram quaisquer alterações das políticas contabilísticas, que tenham efeitos nas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO E CONTAS

1.6. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Na presente data não existem eventos ocorridos após a data do balanço, que envolvem risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

1.7. Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente, períodos anteriores ou futuros

No presente período económico não existiram alterações nas normas ou nas políticas contabilísticas, que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras, relativamente a períodos anteriores ao apresentado, nem em períodos futuros.

1.8. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou

RELATÓRIO E CONTAS

correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os ativos por impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

RELATÓRIO E CONTAS

A atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão referidos na Nota 18.1.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 18.1.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança- minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

O desequilíbrio estrutural da exploração originou, entre o final do ano 2020 e início de 2021, significativas dificuldades de liquidez condicionadores do normal funcionamento da empresa. A Administração decidiu implementar uma série de medidas por forma a garantir a sustentabilidade futura da empresa.

1.9. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existiram alterações em estimativas contabilísticas, com efeitos no período corrente ou com efeitos em períodos futuros.

RELATÓRIO E CONTAS

1.10. Erros materiais de períodos anteriores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para além do referido no ponto 1.2.2, não foram identificados outros erros relativamente a períodos anteriores, que exijam correção retrospectiva.

3. Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Rubricas	Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas							
	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Projetos de Desenvolvimento	760 834,95	189 312,65		571 522,30	760 834,95	379 521,41	332 468,76	48 844,78
Programas de Computador	120 062,09	94 791,65		25 270,44	125 053,08	107 334,00		17 719,08
Propriedade Industrial	1 761 122,40	635 897,21		1 125 225,19	1 761 122,40	1 222 879,25		538 243,15
Ativos Intangíveis em Curso	419 164,06			419 164,06	752 584,04		736 696,04	15 888,00
Total	3 061 183,50	920 001,51	0,00	2 141 181,99	3 399 594,47	1 709 734,66	1 069 164,80	620 695,01

As amortizações do período, no montante de 789.733,15€, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as amortizações e as diminuições reconhecidas durante o período, constam no quadro seguinte:



M.



RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações no período						
Rubricas	Quantia Es criturada Inicial	Variações				Quantia Es criturada Final (7)=(2) + (3) + (4) + (5) + (6)
		Adições	Trans ferência Internas à Entidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
Projetos de Desenvolvimento	571522,30		0,00	-332.468,76	-190.208,76	48.844,78
Programas de Computador	25.270,44	4.990,99			-12.542,35	17.719,08
Propriedade Industrial	1125.225,19				-586.982,04	538.243,15
Ativos Intangíveis em Curso	419.164,06	333.419,98	0,00	-736.696,04		15.888,00
Total	2.141.181,99	338.410,97	0,00	-1.069.164,80	-789.733,15	620.695,01

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as amortizações e as diminuições reconhecidas durante o período do ano 2019, constam no quadro seguinte:

Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações no período do ano 2019						
Rubricas	Quantia Es criturada Inicial	Adições	Variações			Quantia Es criturada Final (7)=(2) + (3) + (4) + (5) + (6)
			Trans ferência Internas à Entidade	Amortizações do período	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
Projetos de Desenvolvimento	679.392,60		66.987,19	-174.857,49		571522,30
Programas de Computador	11469,43	22.438,43		-8.637,42		25.270,44
Propriedade Industrial	1712.207,23			-586.982,04		1125.225,19
Ativos Intangíveis em Curso	296.236,87	189.914,38	-66.987,19			419.164,06
Total	2.699.306,13	2.12.352,81	0,00	-770.476,95	0,00	2.141.181,99

O detalhe das adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente, bem com as em locação financeira, constam no quadro seguinte:

Ativos Intangíveis - Adições				
Rubricas	Adições			Total (5)=(2) + (3) + (4)
	Internas	Compra	Locação Financeira	
(1)	(2)	(3)	(4)	
Projetos de Desenvolvimento				0,00
Programas de Computador		4.990,99		4.990,99
Propriedade Industrial				0,00
Ativos Intangíveis em Curso	317.531,98	15.888,00		333.419,98
Total	317.531,98	20.878,99	0,00	338.410,97

RELATÓRIO E CONTAS

No exercício de 2020, os movimentos registados na rubrica "Ativos Intangíveis em Curso", foram os seguintes:

Descrição	Ativos Intangíveis em Curso					Quantia Escriturada Final (6) = (2) + (3) + (4) - (5)
	Quantia Escriturada Inicial	Trabalhos para a Própria Entidade	Aumentos do ano		Transferências para Ativos Intangíveis	
(1)	(2)		(3)	Aquisições de Materiais e Serviços		(4)
Desenvolvimento do Projecto das Lanchas S/V - L150 (alterações)	419 164,06	317 531,98				736 696,04
Project Server - req 467/2020				15 888,00		15 888,00
Total	419 164,06	317 531,98		15 888,00	0,00	752 584,04

Em 2020 foram realizados investimentos nas alterações ao projeto da construção das Lanchas Salva Vidas L150 em materiais compósitos, após a revisão por parte da Direção de Navios. No exercício em apreço foi criada uma imparidade sobre o ativo em curso referente ao projeto da construção, no valor total de 736.696,04€.

5. Ativos Tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Rubricas	Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas							
	Início do Período				Final do Período			
(1)	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Outros Ativos Fixos Tangíveis								
Terenos e recursos naturais	8.288.886,47	187.439,23		8.471.447,24	8.288.886,47	1946.304,11		6.342.582,36
Edifícios e outras construções	54.299.417,91	8.299.828,62		40.999.589,29	54.328.886,26	4.748.824,40		39.580.693,86
Equipamento básico	8.536.650,17	8.996.544,37		8.540.105,80	20.282.626,60	12.862.228,84	84.250,89	7.966.146,87
Equipamento de transporte	561.971,38	400.589,58		161.451,80	561.971,38	423.582,50		138.388,88
Equipamento administrativo	2.702.749,34	2.122.266,64		580.482,70	2.789.680,26	2.235.229,76		484.450,50
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	8.086.088,62	4.700.299,14		5.385.809,48	8.239.655,65	5.112.406,93		5.127.248,72
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2.125.056,30			2.125.056,30	2.156.763,07		8.817,52	2.125.945,55
Total	107.600.840,19	33.336.897,58	0,00	74.263.942,61	108.558.469,69	36.627.944,54	165.068,41	71.765.456,74

As depreciações do período, no montante de 3.292.694,17€ foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização".

RELATÓRIO E CONTAS

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as depreciações e as diminuições reconhecidas durante o período, constam do quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações no período							
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações no Período					Quantia Escriturada Final (8) = (2) + (3) + (-4) + (5) + (6) + (7)
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Outros Ativos Fixos Tangíveis							
Terenos e recursos naturais	16.471.447,24		0,00		-128.864,88		16.342.582,36
Edifícios e outras construções	40.999.589,29		29.468,35		-1.448.363,78		39.580.693,86
Equipamento básico	8.540.105,80	111.273,31	637.000,41	-154.250,89	-1.167.331,68	-650,08	7.966.116,87
Equipamento de transporte	161.451,80				-23.062,92		138.388,88
Equipamento administrativo	580.482,70	9.140,36	7.790,56		-112.963,12		484.450,50
Equipamentos biológicos							0,00
Outros ativos fixos tangíveis	5.385.809,48	153.547,03	0,00		-412.107,79		5.127.248,72
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2.125.056,30	687.809,41	-674.259,32	-30.817,52		-1.843,32	2.125.945,55
Total	74.263.942,61	961.770,11	0,00	-165.068,41	-3.292.694,17	-2.493,40	71.768.456,74

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as depreciações e as diminuições reconhecidas durante o período do ano 2019, constam do quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações no período do ano 2019							
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações no Período					Quantia Escriturada Final (7) = (2) + (3) + (-4) + (5) + (6)
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Depreciações do Período	Diminuições		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		
Outros Ativos Fixos Tangíveis							
Terenos e recursos naturais	15.959.153,69		541.824,03	-29.530,48			16.471.447,24
Edifícios e outras construções	41.354.362,63		1.031.909,56	-1.386.682,90			40.999.589,29
Equipamento básico	9.001.332,67	538.804,96	165.831,50	-1.165.863,33			8.540.105,80
Equipamento de transporte	186.634,49			-25.182,69			161.451,80
Equipamento administrativo	693.159,31	35.957,61	167.120	-150.305,42			580.482,70
Equipamentos biológicos							0,00
Outros ativos fixos tangíveis	5.735.260,74	84.838,83	174,42	-433.634,10	-2.399,41		5.385.809,48
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2.353.762,76	154.474,15	-1.742.979,71		-200,90		2.125.056,30
Total	75.283.666,29	2.174.075,55	0,00	-3.191.198,92	-2.600,31		74.263.942,61

O detalhe das adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente, bem com as em locação financeira, constam do quadro seguinte:





RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Fixos Tangíveis - Adições				
Ativos Fixos Tangíveis	Adições			Total
	Internas	Compra	Locação Financeira	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2) + (3) + (4)
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	0,00	111.273,31		111.273,31
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo		9.140,36		9.140,36
Equipamentos biológicos				
Outros activos fixos tangíveis		153.547,03		153.547,03
Ativos Fixos Tangíveis em curso	636.620,17	51.189,24		687.809,41
Total	636.620,17	325.149,94	0,00	961.770,11

O detalhe das diminuições, individualizando as relacionadas com alienação a título oneroso, transferência ou troca, devolução ou reversão, fusão, cisão, reestruturação ou outros motivos, consta do quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Outros Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico					650,08	650,08
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo						0,00
Equipamentos biológicos						0,00
Outros activos fixos tangíveis						0,00
Ativos Fixos Tangíveis em curso					1.843,32	1.843,32
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	2.493,40	2.493,40

No exercício de 2020, os movimentos registados na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Fixos Tangíveis em Curso					
Descrição	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos do ano			Quantia Escriturada Final (6) = (2) + (3) + (4) - (5)
		Trabalhos para a Própria Entidade	Aquisições de Materiais e Serviços	Transferências para Ativos Fixos Tangíveis	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
Aquisições de A.F.T. - (Molhe de leste, ETAR1 ventilação das naves industriais, banco para teste de válvula e ferramenta)	795.294,32	0,00	10.466,71	615.083,87	180.677,16
Processo de construção da nova ponte cais	157.706,33	0,00	0,00	0,00	157.706,33
Ampliação da doca seca da asa	14.875,74	0,00	0,00	0,00	14.875,74
Reparação e montagem das garras do guindaste nº 10	4.738,69	0,00	0,00	0,00	4.738,69
Produção de moldes - apoio à produção da I150 sv - (alterações após revisão projeto DN)	8.754,42	2.063,10	0,00	0,00	10.817,52
Construção/aquisição de "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	272.348,09	383.949,68	43.483,67	0,00	699.781,44
Aquisição de equipamentos/material de inventário e armazém - capacitação em manutenção de submarinos	578.823,34	113.861,14	0,00	0,00	692.684,48
N.º 108 - ferramenta para suporte da madre superior do leme vertical - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	3.462,56	0,00	0,00	0,00	3.462,56
N.º 112 - ferramenta de desm./mont. da traça do telescopic trunk - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	0,00	1.095,37	0,00	0,00	1.095,37
N.º 119 - ferramenta de "bordo" para montagem das válvulas de escape interiores - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	79.188	0,00	0,00	0,00	79.188
N.º 121 - flange para provas a "bordo" ao inner snorkel flap - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	0,00	3.068,53	330,30	0,00	3.398,83
Preparação de material acessórios p/ mastro snorkel/ submarinos	1.843,32	0,00	0,00	1.843,32	0,00
N.º 123 - manufatura de flanges (-600) para tamponamentos a bordo/manufatura de tanque aquecido/manufatura de pequenas ferramentas de apoio aos trabalhos a bordo/manufatura acessório ventilares a baterias	56.194,70	0,00	24,30	0,00	56.199,00
Desmanchar divisórias e pintura de paredes do antigo gabinete do director de produção	28.840,03	628,32	0,00	29.468,35	0,00
Reparação da translação do guindaste nº 10	71.482,88	27.842,03	0,00	0,00	99.324,91
Manufatura de um carro para movimentação de torpedo black shark em oficina	0,00	11.855,85	0,00	11.855,85	0,00
Manufatura de dois tabuleiros em aço conforme croqui entregue na oficina de serralaria civil	0,00	2.408,78	0,00	2.408,78	0,00
Manufatura de 10 oleados 4x4 mais 6 de 8x4	0,00	4.846,43	0,00	4.846,43	0,00
Montagem de 4 câmaras (2 térmicas + 2 leitura de matrícula) segurança perimétrica	0,00	5.381,78	0,00	5.381,78	0,00
Reparação/beneficiação das duas bombas de incêndio interiores da doca seca. Todos os trabalhos referentes à implementação das duas bombas numa unidade móvel de combate a incêndios	0,00	67.477,24	0,00	0,00	67.477,24
Reabilitação do poço de bombagem da doca seca	0,00	3.811,92	0,00	0,00	3.811,92
Total	2.125.056,30	636.620,17	54.304,98	679.218,38	2.136.763,07

Em 2020 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente a continuação da construção de "Jigs and Tools", e a aquisição de equipamentos para a capacitação na manutenção de submarinos. Para o ativo Produção de moldes - apoio à produção da I150 sv - (alterações após revisão projeto DN), foi criada em 2020 uma imparidade pelo montante de 10.817,52€.

Os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão - bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009.

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

97/156

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Fixos Tangíveis - Bens Concessionados							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Valor de cedência	1840.008,29	8.093.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	13.640.644,88
Reavaliação	4.059.353,71	41.096.169,05	4.472.550,74	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	81.377.385,27
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.204.165,96	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	95.018.030,15

As depreciações dos ativos fixos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite, S.A., que à data de 31 de dezembro de 2020 ascenderam a 2.440.875,92€

6. Locações

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de dezembro de 2020, as responsabilidades futuras ascendem a 92.924,97€, repartidas da seguinte forma:

Bens Locados	Valor do Contrato	Locações Operacionais - Locatário						Valor Presente dos Futuros Pagamentos Mínimos
		Pagamentos Efeituados Acumulados		Futuros Pagamentos Mínimos		Total		
		Pagamentos Mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas Contingentes		Até 1 Ano	
Leaseplan Portugal-aluguer operacional de 2 vitimas	58.430,86	2119,98		25.646,86		11.670,48	2119,52	32.784,00
Leaseplan Portugal-aluguer operacional de 3 vitimas	79.054,56	8.913,59		8.913,59		9.763,64	40.377,33	60.140,97
Alugueres operacionais de vitimas de curto prazo	1.535,02	1535,02		1535,02				
Total	139.020,44	41.640,59		46.095,47		31.434,12	61.490,85	92.924,97

No exercício de 2020 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 41.640,59€.

7. Financiamentos obtidos

No exercício de 2020 foi concedido pela IdD - Portugal Defence, S.A., um apoio à Tesouraria do Arsenal do Alfeite no montante de 423.142,50€.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos obtidos pela Empresa por parte da IdD - Portugal Defence, S.A., estavam valorizados conforme se segue:

Data da Deliberação Unânime	Financiamentos obtidos	
	2020	2019
11 de dezembro de 2020	423.142,50	0,00
	<u>423.142,50</u>	<u>0,00</u>

9. Imparidade de ativos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos intangíveis e tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. Uma perda por imparidade, resulta da diferença entre a quantia escriturada do ativo e a sua quantia recuperável.

O Arsenal do Alfeite celebrou um Acordo com a Marinha Portuguesa em 21 de fevereiro de 2017, para a construção de duas lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

Para a construção das referidas lanchas foi necessário projetar e construir moldes específicos para apoio à construção dos cascos em material compósito.

Para o projeto de construção das lanchas e com a construção dos moldes o Arsenal do Alfeite incorreu num custo total de 1.763.275,96€ apurado a 31/12/2020.

RELATÓRIO E CONTAS

Gastos com o projeto de construção das lanchas Salva Vidas e com a construção dos moldes		
PII	Designação	Valor
43766	Cconstrução do molde em compósito lanchas Salva Vidas - L150 SV	321.914,64
43767	Projeto lanchas Salva Vidas L150 SV	693.847,76
43845	Produção de moldes – Apoio à produção da L150 SV - Alterações após revisão projeto DN	10.817,52
43907	Projeto construção L150 SV - Alterações ao projeto após revisão DN	736.696,04
Total		1.763.275,96

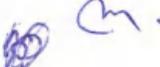
O Acordo de construção previa a entrega das lanchas em 2017 e 2018, o que ainda não se verificou, principalmente pelos efeitos colaterais provocados pela epidemia do COVID 19, que ainda impossibilita a deslocação de técnicos das empresas estrangeiras, fornecedoras dos principais equipamentos, às instalações do Arsenal do Alfeite.

Apesar do Acordo de Construção prever a possibilidade de opção pela construção de mais duas embarcações, a mesma não foi manifestada pela Marinha Portuguesa até ao presente.

De igual forma o Arsenal do Alfeite não recebeu propostas para construção de embarcações semelhantes, onde os moldes poderiam vir a ser utilizados.

Pelas razões acima elencadas, existe uma redução da extensão do uso significativa, e prevê-se que a perspetiva de benefícios económicos futuros no uso do projeto e dos moldes, ou com a sua alienação seja praticamente inexistente. Encontrando-se os ativos no património do Arsenal do Alfeite, e pelo fato do contrato estar ainda em curso, considera-se prudente reconhecer as respetivas imparidades pelo valor líquido contabilístico a 31/12/2020.

Durante o ano de 2020 a rubrica de perdas por imparidade de ativos intangíveis teve os seguintes movimentos:




RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Intangíveis					
Imparidade de Ativos					
Determinação das perdas por imparidade					
Diferença entre a quantia escriturada do ativo e a sua quantia recuperável					
Ativos Intangíveis em que não existe previsibilidade de retorno económico resultante do seu uso					
Ativo	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia recuperável	Perda por imparidade
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5)	(6) = (4) - (5)
Projeto lanchas Salva Vidas L150 SV	693.847,76	361.379,00	332.468,76	0,00	332.468,76
Projeto construção L150 SV - Alterações ao projeto após revisão	736.696,04		736.696,04	0,00	736.696,04
Total	1.430.543,80	361.379,00	1.069.164,80	0,00	1.069.164,80

Durante o ano de 2020 a rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis teve os seguintes movimentos:

Ativos Fixos Tangíveis					
Imparidade de Ativos					
Determinação das perdas por imparidade					
Diferença entre a quantia escriturada do ativo e a sua quantia recuperável					
Ativos Fixos Tangíveis em que não existe previsibilidade de retorno económico resultante do seu uso					
Ativo	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia recuperável	Perda por imparidade
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5)	(6) = (4) - (5)
Construção do molde em compósito lanchas Salva Vidas - L150 SV	321.914,64	167.663,75	154.250,89	0,00	154.250,89
Produção de moldes – Apoio à produção da L150 SV - Alterações após revisão projeto DN	10.817,52		10.817,52	0,00	10.817,52
Total	332.732,16	167.663,75	165.068,41	0,00	165.068,41

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os inventários da Empresa estavam valorizados conforme se segue:

Inventários - Ano 2020			
Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	872.707,06		872.707,06
Material em Trânsito	457,60		457,60
Adiantamentos por Conta de Compras	148,85		148,85
Total	874.313,51	0,00	874.313,51

RELATÓRIO E CONTAS

Inventários - Ano 2019			
Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)= (2) - (3)
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	1552.126,15		1552.126,15
Material em Trânsito	9.063,88		9.063,88
Adiantamentos por Conta de Compras			0,00
Total	1.561.190,03	0,00	1.561.190,03

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como os movimentos do período, detalha-se conforme se segue:

Inventários - Movimentos do Período						
Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Outras Reduções de Inventários	Outros Aumentos de Inventários	Quantia Escriturada Final (6)=(1)+(2)-(3)-(4)+(5)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
Mercadorias						
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	1561190,03	733.308,26	1416901,35		-4.432,28	873.164,66
Total	1.561.190,03	733.308,26	1.416.901,35	0,00	-4.432,28	873.164,66

13. Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, referentes a vendas de bens e a prestações de serviços é detalhado conforme se segue:





RELATÓRIO E CONTAS

	2020			2019		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Bens	19.713,25	-	19.713,25	1.003,00	-	1.003,00
Prestações de Serviços	8.891.460,14	2.261.506,45	11.152.966,59	11.476.234,82	888.438,60	12.364.673,42
	8.911.173,39	2.261.506,45	11.172.679,84	11.477.237,82	888.438,60	12.365.676,42

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	2020	2019
D1 - Reparação Naval - militar	8.082.051,25	11.328.335,21
D1 - Reparação Naval - militar internacional	2.261.506,45	888.438,60
D2 - Reparação Naval - não militar	0,00	1.262,18
D3 - Construção	0,00	0,00
D4 - Manutenção Industrial	0,00	7.310,00
D5 - Laboratórios	96.751,31	57.736,98
D6 - Outros	712.657,58	81.590,45
	11.152.966,59	12.364.673,42

No período de 2020, os serviços prestados registaram um decréscimo de 1.211.706,83, face ao período homólogo do ano anterior, devido à diminuição do negócio de reparação naval - militar, que decresceu significativamente relativamente ao ano transato (menos 3.246.283,96€), decorrente essencialmente, dos contratos de reparação, com a Marinha Portuguesa.

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços relativos a 2020 e a 2019, relacionados com serviços de reparação naval militar:

Ch
M.

RELATÓRIO E CONTAS

	2020	2019
NRP - Sagres	334.115,63	5.388.305,00
Lanchas Salva-Vidas L150SV	943.456,00	466.982,00
NRP - Arpão	3.087.601,27	3.709.141,00
NRP - Côte Real	370.302,52	544.766,00
NRP - Gago Coutinho	158.394,04	473.990,00
NRP - Mondego	323.125,18	305.170,00
Fragatas Bartolomeu Dias	99.083,02	799.366,00
Fragatas Vasco da Gama	535.716,38	821.583,00
NRP - João Roby		431.296,00
NRP - António Enes	571.335,30	90.789,00
NRP - Viana do Castelo	594.029,11	91.050,00
NRP - Francisco de Almeida	1.016.683,30	1.113,00
NRP - Centauro	330.421,28	
Regularização das obras em curso em 31/12/2019		-3.574.209,58
	8.364.263,03	9.549.341,42
Outros trabalhos	1.979.294,67	2.667.432,39
	10.343.557,70	12.216.773,81

Como o desfecho dos contratos de reparação naval pode ser fiavelmente estimado, os rendimentos e os custos dos contratos são reconhecidos como rendimentos e gastos, tendo por referência o estado de acabamento (nível de avanço de obra) da atividade do contrato à data de relato.

À data de 31 de dezembro de 2020 foram analisados 66 projetos. Para estes projectos foram verificados os diversos contratos, nas seguintes vertentes:

- Valores de vendas;
- Custos incorridos até 31/12/2020;
- Estimativa dos custos a incorrer para concluir os projetos;

RELATÓRIO E CONTAS

Com base nestes fatores foi possível determinar as percentagens de acabamento das obras a 31/12/2020, os réditos referentes a 2020 e os réditos futuros. Tendo em conta a estimativa dos resultados de cada um dos projetos, foram determinadas as provisões a constituir, para os que se estimam que o resultado seja negativo.

As percentagens de acabamento das obras, referentes a contratos de prestação de serviços em curso, que foram analisados em 2020, são as que a seguir se apresentam:

Projeto	Designação	% de Acabamento	Projeto	Designação	% de Acabamento
609	Recuperações	100%	721	NRP Sines	95%
631	Recuperações	99%	722	NRP Setúbal	100%
633	Diversos Exteriores à Marinha	100%	723	NRP António Enes e João Roby	100%
634	Organismos da Marinha	100%	724	NRP Tejo	99%
638	Fragatas Vasco da Gama	99%	725	NRP Douro	100%
639	Fragatas Bartolomeu Dias	100%	726	NRP Mondego	100%
640	Corvetas João Coutinho & Batista de Andrade	100%	727	NRP Guadiana	66%
641	Patrulhas Viana do Castelo	100%	728	Patrulhas Classe Cacine	100%
643	Lanchas Argos, Centauro e Albatroz	100%	729	NRP Auriga e Andrómeda	98%
645	Hidrográficos	100%	730	NRP Sagres	66%
646	Auxiliares	100%	732	NRP Polar e Zarco	100%
647	Eventuais/SRU Submarinos	99%	733	Lanchas Argos, Centauro e Albatroz	99%
669	NRP Guadiana	52%	734	Auxiliares - Bérrio, Bacamarte, Zêzere	99%
680	NRP Viana do Castelo	100%	735	NRP Tridente	93%
682	Salva-Vidas C152 e C153	63%	737	Recuperações	69%
688	Eventuais/SRU - Classe Tejo	100%	738	Diversos Exteriores à Marinha	91%
694	NRP Tridente	98%	739	Torpedos, Misseis, Minas	90%
695	NRP Arpão	100%	740	Projectos Especiais	93%
702	NRP Arpão	92%	741	Organismos da Marinha	98%
705	NRP Arpão - Marinha	57%	745	NRP Tridente	100%
705	NRP Arpão - TKMS	57%	747	NRP Tridente	100%
706	NRP Sagres	100%	748	Processos DFN	100%
708	NRP Vasco da Gama	50%	752	NRP António Enes	100%
710	Pontão 9 - BNL	32%	756	NRP Centauro	31%
712	NRP D Carlos I	82%	757	NRP Viana do Castelo	97%
713	NRP Gago Coutinho	100%	758	Bugvright2 - Comissão Europeia	100%
714	NRP Vasco da Gama	80%	761	NRP Polar	100%
715	NRP Álvares Cabral	57%	762	NRP Francisco de Almeida	100%
716	NRP Côte Real	95%	764	NRP Mondego	96%
717	NRP Bartolomeu Dias	78%	765	Processos DFN	100%
718	NRP Francisco de Almeida	99%	767	NRP Pégaso	100%
719	NRP Viana do Castelo	97%	768	NRP Dragão	75%
720	NRP Figueira da Foz	90%	773	Desenvolvimento Projeto Lanchas Fiscalização	100%

Os rendimentos e gastos reconhecidos para os 66 projetos verificados até 2020, são os seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS

	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento
Projetos em curso	53.059.254	46.647.695	34.042.689	11.172.680	2.005.613	573.271

	2020	2019
Réditos Acumulados	45.215.369	10.034.998
Gastos Acumulados	56.056.238	14.565.290
Resultado Acumulado	-10.840.869	-4.530.292

No exercício de 2020 o resultado acumulado global, dos contratos em curso, está influenciado pelos resultados estimados em diversos contratos, cujos custos totais podem exceder o rédito total do contrato. As perdas esperadas foram reconhecidas imediatamente como gastos do período.

Proj 631 Recuperações	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	215.370	212.579	2.791
Gastos dos Contratos	-261.501	-258.112	-3.389
Resultado (Nota 15)	-46.131	-45.533	-598

Proj 638 Fragatas Vasco da Gama	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	4.383.312	4.360.190	23.122
Gastos dos Contratos	-5.039.960	-5.013.374	-26.586
Resultado (Nota 15)	-656.648	-653.184	-3.464

Proj 647 EVT/SRU Submarinos	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	892.827	882.446	10.381
Gastos dos Contratos	-950.822	-939.767	-11.055
Resultado (Nota 15)	-57.995	-57.321	-674

RELATÓRIO E CONTAS

Proj 669 NRP Guadiana	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	1.779.122	927.128	851.994
Gastos dos Contratos	-4.243.211	-2.211.202	-2.032.009
Resultado (Nota 15)	-2.464.089	-1.284.074	-1.180.015

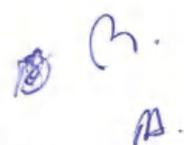
Proj 682 Salva Vidas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	2.830.189	1.791.947	1.038.242
Gastos dos Contratos	-6.770.937	-4.287.050	-2.483.887
Resultado (Nota 15)	-3.940.748	-2.495.103	-1.445.645

Proj 694 NRP Tridente	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	298.550	292.579	5.971
Gastos dos Contratos	-330.851	-324.234	-6.617
Resultado (Nota 15)	-32.301	-31.655	-646

Proj 702 NRP Arpão	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	141.991	130.956	11.035
Gastos dos Contratos	-287.536	-265.190	-22.346
Resultado (Nota 15)	-145.545	-134.234	-11.311

Proj 705 NRP Arpão	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	8.061.123	4.616.870	3.444.253
Gastos dos Contratos	-11.355.409	-6.503.616	-4.851.793
Resultado (Nota 15)	-3.294.286	-1.886.746	-1.407.540

Proj 708 NRP Vasco da Gama	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	1.760.968	876.405	884.563
Gastos dos Contratos	-3.240.337	-1.612.662	-1.627.675
Resultado (Nota 15)	-1.479.369	-736.257	-743.112



RELATÓRIO E CONTAS

Proj 710 Pontão 9 - BNL	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	140.349	44.218	96.131
Gastos dos Contratos	-214.390	-67.545	-146.845
Resultado (Nota 15)	-74.041	-23.327	-50.714

Proj 712 NRP D. Carlos I	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	170.338	140.020	30.318
Gastos dos Contratos	-223.539	-183.752	-39.787
Resultado (Nota 15)	-53.201	-43.732	-9.469

Proj 714 NRP Vasco da Gama	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	91.938	73.122	18.816
Gastos dos Contratos	-152.298	-121.128	-31.170
Resultado (Nota 15)	-60.360	-48.006	-12.354

Proj 715 NRP Álvares Cabral	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	453.582	256.890	196.692
Gastos dos Contratos	-1.046.488	-592.688	-453.800
Resultado (Nota 15)	-592.906	-335.798	-257.108

Proj 716 NRP Côte Real	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	964.183	915.067	49.116
Gastos dos Contratos	-1.460.224	-1.385.839	-74.385
Resultado (Nota 15)	-496.041	-470.772	-25.269

Proj 717 NRP Bartolomeu Dias	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	119.406	92.815	26.591
Gastos dos Contratos	-182.184	-141.612	-40.572
Resultado (Nota 15)	-62.778	-48.797	-13.981

*M.
A.*

RELATÓRIO E CONTAS

Proj 718 NRP Francisco de Almeida	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	260.588	258.540	2.048
Gastos dos Contratos	-368.204	-365.310	-2.894
Resultado (Nota 15)	-107.616	-106.770	-846

Proj 719 NRP Viana do Castelo	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	81.167	78.802	2.365
Gastos dos Contratos	-117.874	-114.439	-3.435
Resultado (Nota 15)	-36.707	-35.637	-1.070

Proj 730 NRP Sagres	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	505.662	333.921	171.741
Gastos dos Contratos	-574.069	-379.095	-194.974
Resultado (Nota 15)	-68.407	-45.174	-23.233

Proj 734 Auxiliares	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	121.915	120.829	1.086
Gastos dos Contratos	-178.532	-176.942	-1.590
Resultado (Nota 15)	-56.617	-56.113	-504

Proj 735 NRP Tridente	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	271.379	252.903	18.476
Gastos dos Contratos	-311.312	-290.117	-21.195
Resultado (Nota 15)	-39.933	-37.214	-2.719

Proj 737 Recuperações	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	60.850	41.743	19.107
Gastos dos Contratos	-108.592	-74.494	-34.098
Resultado (Nota 15)	-47.742	-32.751	-14.991



RELATÓRIO E CONTAS

Proj 739 Torpedos, Mísseis e Mínas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	543.851	489.021	54.830
Gastos dos Contratos	-1.139.167	-1.024.318	-114.849
Resultado (Nota 15)	-595.316	-535.297	-60.019

Proj 740 Projetos Especiais	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	503	469	34
Gastos dos Contratos	-24.695	-23.012	-1.683
Resultado (Nota 15)	-24.192	-22.543	-1.649

Proj 741 Organismos da Marinha	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	111.490	108.762	2.728
Gastos dos Contratos	-142.038	-138.563	-3.475
Resultado (Nota 15)	-30.548	-29.801	-747

Proj 756 NRP Centauro	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	1.057.830	330.421	727.409
Gastos dos Contratos	-1.526.544	-476.827	-1.049.717
Resultado (Nota 15)	-468.714	-146.406	-322.308

Proj 757 NRP Viana do Castelo	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	589.382	573.195	16.187
Gastos dos Contratos	-863.868	-840.142	-23.726
Resultado (Nota 15)	-274.486	-266.947	-7.539

Proj 764 NRP Mondego	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2021
Rédito dos Contratos	304.991	292.627	12.364
Gastos dos Contratos	-395.656	-379.616	-16.040
Resultado (Nota 15)	-90.665	-86.989	-3.676

M.
MA.

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as provisões constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

2020				
	Quantia escriturada Inicial	Aumentos	Reversões	Quantia escriturada Inicial
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	5.402.847,86	2.663.124,00	2.464.772,86	5.601.199,00
	5.402.847,86	2.663.124,00	2.464.772,86	5.601.199,00

2019				
	Quantia escriturada Inicial	Aumentos	Reversões	Quantia escriturada Inicial
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	293.769,00	5.402.847,86	293.769,00	5.402.847,86
	293.769,00	5.402.847,86	293.769,00	5.402.847,86

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2020 no montante de 5.601.199,00€, corresponde à perda esperada em diversos contratos de prestação de serviços. O valor apresentado resulta das seguintes estimativas:

	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2020
Rédito dos Contratos	26.212.856	18.494.463	7.718.393
Gastos do Contratos	-41.510.239	-28.190.646	-13.319.593
Resultado (Nota 13)	-15.297.382	-9.696.183	-5.601.199

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não havia passivos contingentes.

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não havia ativos contingentes.

17. Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 02 de junho de 2021 pelo Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A..

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação, à exceção do seguinte:

As restrições motivadas pela pandemia COVID-19 em Portugal e no Mundo, tiveram, até à data, alguns impactos nas operações da Empresa. Nomeadamente no âmbito da conclusão da construção da primeira lancha Salva-Vidas, estando a sua entrega condicionada à realização do primeiro arranque da instalação propulsora, que ainda não pode ocorrer devido à crise pandémica, a qual tem inviabilizado a deslocação dos subcontratantes estrangeiros a Portugal.

No entanto, tais restrições e o prolongamento das mesmas poderão afetar negativamente os resultados das operações e a posição financeira da empresa no ano de 2021, sendo que, no contexto atual, não é possível uma quantificação dos possíveis impactos associados a essa situação.

O Conselho de Administração continua a acompanhar os desenvolvimentos relacionados com o alastramento da doença, adotando as medidas necessárias à proteção da saúde dos seus colaboradores e à salvaguarda da continuidade das operações da empresa, nomeadamente no que se refere à contenção de custos e à manutenção de um nível de liquidez adequado para cumprimento das suas obrigações.

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Ativos Financeiros

Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2020	2019
Clientes	1.073.337,07	1.106.966,06
Clientes do Grupo (Nota 20)	798,27	23.707,02
Perdas por Imparidade	-363.943,59	-363.943,59
	710.191,75	766.729,49

RELATÓRIO E CONTAS

A rubrica de “Clientes” apresenta o seguinte detalhe:

	2020	2019
Marinha, através da Direção de Navios (Estado Português)	-140.161,30	-119.346,60
Batistas - Reciclagem de Sucatas, S.A.	19.057,66	26.680,70
BMW Portugal, S.A.	560.802,69	
Ministerie van Defensie (Ministério da Defesa Holandês)	138.046,72	
ThyssenKrupp Marine Systems GmbH	96.814,35	793.074,53
Clientes de cobrança duvidosa	363.943,59	363.943,59
Outros	34.833,36	42.613,84
	1.073.337,07	1.106.966,06

Durante o ano de 2020 a rubrica de perdas por imparidade teve as seguintes alterações:

	2020			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Naveiro - Transportes Marítimos, S.A.	324.841,62	-	-	324.841,62
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve, Soluções de Engenharia, Geotecnia e Topografia, Ld. ^a	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies GmbH	37.253,16	-	-	37.253,16
	363.943,59	-	-	363.943,59

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido em “Imparidade de Dívidas a Receber” na Demonstração dos Resultados” foi o seguinte:

	2020	2019
Imparidade - dívidas a receber - reversão	-	-

RELATÓRIO E CONTAS

Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Outras Contas a Receber” apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
<u>Outras Contas a Receber</u>		
Pessoal	1.035,20	1.726,53
Prestações de serviços em curso (Nota 13)	573.272,00	1.455.057,00
Outros	4.314,37	21.603,63
	<u>578.621,57</u>	<u>1.478.387,16</u>

18.2. Passivos Financeiros

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, tal como em 2019, esta rubrica respeita a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, de acordo com o Despacho nº 9870/2009, de 6 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de abril, aumentou em 2020, relativamente a 2019, conforme quadro seguinte:

PMP	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	102,59	28,89	73,70	255,11

RELATÓRIO E CONTAS

O aumento do prazo médio de pagamentos a fornecedores face a 2019, deveu-se às dificuldades financeiras sentidas no 2.º semestre 2020 e início do ano de 2021, resultante do desequilíbrio estrutural da exploração operacional da empresa. A Administração decidiu implementar uma série de medidas por forma a garantir a sustentabilidade futura da empresa.

Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Adiantamentos de Clientes” não apresentava qualquer valor por regularizar.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Outras Contas a Pagar” (referente aos passivos correntes), apresentava a composição constante da tabela infra.

Os passivos não correntes encontram-se mencionados na nota 23.

	2020	2019
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Remunerações a liquidar a)	1.500.700,00	1.565.700,00
Renda - contrato de concessão b)	135.562,83	79.699,43
Outros acréscimos de gastos c)	209.084,35	492.792,78
Outros devedores e credores d)	565.483,06	576.917,91
	<u>2.410.830,24</u>	<u>2.715.110,12</u>

- a) Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2020 a liquidar em 2021.
- b) Inclui o gasto do exercício de 2020 referente à renda da concessão a pagar no ano de 2021 ao Estado Português de acordo com a Cláusula 18.º do contrato de concessão.

RELATÓRIO E CONTAS

- c) Inclui essencialmente os gastos com eletricidade (47.287,08€), gastos com seguros (40.601,92€), gastos com a Revisão Legal de Contas (12.150,00€) e gastos com subcontratos (100.603,39€) referentes ao exercício de 2020 mas faturados em 2021.
- d) A rubrica “Outros devedores e credores” inclui:

	2020	2019
Outros devedores e credores		
Ajustamentos em subsídios (Nota 23)	550.000,00	550.000,00
Outros	15.483,06	26.917,91
	565.483,06	576.917,91

O ajustamento do subsídio (550.000,00€) classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

18.3. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tinha as seguintes participações financeiras:

	2020	2019
Relacre - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal	500,00	500,00
Fundo de Compensação do Trabalho	22.939,26	16.247,94
	23.439,26	16.747,94

18.4 Composição do Capital Subscrito, Reservas e Resultados Transitados

Em 2020 o capital da Empresa era composto por 6.480.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela IdD - Portugal Defence, S.A.. No exercício de 2009 foi realizada em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

RELATÓRIO E CONTAS

Em conformidade com o Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital.

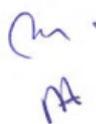
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2020	2019
Saldo inicial	299.152,72	299.152,72
Aplicação do resultado líquido	-	-
Saldo final	299.152,72	299.152,72

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2020	2019
Saldo inicial	-16.003.398,92	-11.549.639,20
Aplicação do resultado líquido	-9.677.509,39	-4.453.759,72
Saldo final	-25.680.908,31	-16.003.398,92

Da aplicação do resultado líquido no valor de € 9.677.509,39, € 1.943.516,53 referem-se ao montante do Resultado Líquido aprovado nas contas de 2019, e € 7.733.992,86 estão relacionados com as diferenças no Resultado Líquido do ano 2019 apresentadas no ponto 1.2.2.

 
A

19. Benefícios dos Empregados

A Arsenal do Alfeite, S.A., não tem responsabilidades pós-emprego na forma de planos de benefícios definidos.

Em 31 de dezembro de 2020 o n.º empregados era de 445, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 eram 450.

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	2020	2019
Remunerações dos Órgãos Sociais e de Gestão	162.632,22	206.720,43
Remunerações do Pessoal	9.483.883,69	9.953.565,73
Indeminizações	2.633,09	37.766,83
Encargos sobre Remunerações	2.195.923,39	2.323.467,11
Seguros de Acidentes no Trabalho	212.133,64	206.210,71
Gastos de Ação Social	25.481,18	40.152,41
Outros Gastos com o Pessoal	8.448,90	38.742,16
Outros Encargos Sociais	130.809,58	86.530,53
	12.221.945,69	12.893.155,91

Em 2020 verificou-se um decréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com 2019, determinado, essencialmente pela redução do montante das remunerações do pessoal, em virtude da diminuição do número de funcionários.

RELATÓRIO E CONTAS

20. Partes Relacionadas

Relacionamentos com a empresa mãe / transações entre partes relacionadas

No ano de 2020, o capital social da Empresa era integralmente detido pela IdD - Portugal Defence, S.A..

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2020 e de 2019 podem ser detalhados como segue:

2020					
Entidade	Contas a receber correntes (nota 18.1)	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
Navalrocha – Soc. de Construção e Reparação Navais, S.A.	-	-	-	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	-	-	-	3.300,00	-
idD-Portugal Defence, S. A.	-	423.142,50	-	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	798,27	-	-	21.705,00	-
	798,27	423.142,50	0,00	25.005,00	0,00
	798,27	423.142,50	0,00	25.005,00	0,00

RELATÓRIO E CONTAS

2019

Entidade	Contas a receber correntes (nota 18.1)	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação	-	-	-	-	-
Navalrocha – Soc. de Construção e Reparação Navais, S.A.	-	-	962.856,60	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	-	-	-	3.300,00	-
idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S. A.	-	-	-	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	23.707,02	-	-	31.390,00	-
	23.707,02	-	962.856,60	34.690,00	-

Remuneração do pessoal chave de gestão

Conselho de Administração

Mandato		Designação		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma	Data
2018-2020	Presidente	José Luis Garcia Belo	DUE	28.02.2018
2018-2020	Vogal	Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	DUE	02.04.2018
2020-2022	Vogal	José Miguel Antunes Fernandes*	DUE	29.06.2020
2020-2022		José Luís Serra Rodrigues	DUE	29.06.2020
2020-2020		Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	DUE	29.06.2020

* Salienta-se a resignação às funções apresentada pelo Presidente José Miguel Antunes Fernandes - com efeitos a 18.01.2021. e a moneação para Presidente de José Luís Serra Rodrigues

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

121/156

RELATÓRIO E CONTAS

Remuneração anual 2020 (€)						
Membro do Órgão de Administração	Fixa (*)	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
José Luís Garcia Belo	47 399,63	-	47 399,63	-2 369,96	0,00	45 029,67
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	42 248,17	-	42 248,17	-2 112,42	0,00	40 135,75
José Miguel Antunes Fernandes *	43 714,38	-	43 714,38	-2 185,69	0,00	41 528,69
José Luís Serra Rodrigues	34 971,48	-	34 971,48	-1 748,58	0,00	33 222,90
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
	168 333,67	0,00	168 333,67	-8 416,65	0,00	159 917,02

* Salienta-se a resignação às funções apresentada pelo Presidente José Miguel Antunes Fernandes – com efeitos a 18.01.2021, e a moneação para Presidente de José Luís Serra Rodrigues

23. Outras Variações de Património Líquido

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados são reconhecidos no Património Líquido, ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “Outras variações no Património Líquido” reflete a quantia do subsídio não monetário deduzido do respetivo imposto e as rubricas “outras contas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) refletem o referido imposto.


 M.
 M.

RELATÓRIO E CONTAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a informação relativa ao subsídio obtido do Governo era como segue:

	31/12/2019	Rédito do ano	Ajustamento do ano	31/12/2020
<u>Património Líquido</u>				
Outras variações no Património Líquido				
Subsídios não monetários	66.080.408,66	-2.440.875,92		63.639.532,74
Ajustamentos em subsídios	-14.868.091,94		549.197,09	-14.318.894,85
	51.212.316,72	-2.440.875,92	549.197,09	49.320.637,89
<u>Passivos não correntes</u>				
Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios	14.318.091,94	-	-549.197,09	13.768.894,85
	14.318.091,94	-	-549.197,09	13.768.894,85
<u>Passivos correntes</u>				
Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios (Nota 18.2)	550.000,00	-		550.000,00
Total de passivos correntes	550.000,00	-		550.000,00

No exercício de 2020 o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.440.875,92€.

RELATÓRIO E CONTAS

24. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
<u>Diferimentos ativos</u>		
Seguros	-	-
Outros gastos a reconhecer	4 291,00	37.452,93
	4 291,00	37.452,93
<u>Diferimentos passivos</u>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 13)	2 005 612,00	4 936 086,58
Outros rendimentos diferidos	7 390,55	10.690,55
	2 013 002,55	4 946 777,13

25. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2020		2019	
	ativo	passivo	ativo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	77 818,34	13 264,84	77.818,34	29.577,85
Retenção do IRS	-	187 926,00	-	119.891,00
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	358 711,62	-	641.507,00
CGA - Caixa geral de aposentações	-	489 810,08	-	205.528,73
ADSE	-	-525,97	-	-469,77
Segurança social	-	104 214,34	-	45.650,81
Fundos de Compensação	-	729,96	-	673,20
	77 818,34	1 154 130,87	77.818,34	1.042.358,82

RELATÓRIO E CONTAS

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2020	
	ativo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 26)	-	13 264,84
Pagamento especial por conta	75 446,66	-
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	2 371,68	-
	77 818,34	13 264,84
IRC	64.553,50	

26. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa de 21% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido, os ajustamentos sobre dívidas a receber, as provisões e as imparidades não aceites fiscalmente.

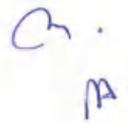
RELATÓRIO E CONTAS

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
Resultado antes de imposto	-6 870 000,14	-10 797 474,72
Dedução de prejuízos fiscais	-	-
	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	-
Derrama - 1,5%	-	-
Derrama estadual	-	-
	-	-
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporárias - provisões	-322 331,93	-1 149 542,74
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	13 264,84	29 577,85
Outras	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	-309 067,09	-1 119 964,89
	-	-
Taxa efetiva de imposto	-4,50%	-10,37%
	-	-
IMPOSTO	2020	2019
Imposto corrente do exercício	13 264,84	29 577,85
Imposto diferido gerado no exercício	-322 331,93	-1 149 542,74
	-309 067,09	-1 119 964,89

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.





RELATÓRIO E CONTAS

Descrição	Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de Dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2016 a)	1.910.178,18	-	1.910.178,18	2030
Prejuízo Fiscal do ano 2017 a)	1.818.064,80	-	1.818.064,80	2024
Prejuízo Fiscal do ano 2018 a)	4.237.598,32	-	4.237.598,32	2025
Prejuízo Fiscal do ano 2019 a)	2 117 224,89	-	2 117 224,89	2026
Prejuízo Fiscal do ano 2020 a)	5 428 830,33	-	5 428 830,33	2032
	15 511 896,52	-	15 511 896,52	

a) - os prejuízos fiscais dos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2030, 2024, 2025, 2026 e 2032 respetivamente. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2020	2019
Perdas de Imparidade e Provisões	1 537 972,70	1 215 640,77
	1 537 972,70	1 215 640,77

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 foi como se segue:

RELATÓRIO E CONTAS

	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	1 215 640,77	66 098,03
Movimentos do exercício		
Perdas de Imparidade		-66 098,03
Provisões	322 331,93	1 215 640,77
Saldo em 31 de dezembro	1 537 972,70	1 215 640,77

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2017 a 2020 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

27. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a rubrica “outros rendimentos” tem a seguinte composição:

	2020	2019
Subsídio não monetário - bens concessionados (Nota 23)	2 440 875,92	2.625.141,60
Aluguer de espaços e equipamento	18 411,63	17.407,41
Outros	5 635,77	107.841,36
	2 464 923,32	2.750.390,37

RELATÓRIO E CONTAS

28. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	2020	2019
Subcontratos	1 014 969,08	2 384 031,03
Trabalhos Especializados	108 252,15	78 235,14
Publicidade e Propaganda	2 002,49	1 470,07
Vigilância e Segurança		107 244,60
Honorários	51 360,00	67 589,00
Comissões	322,45	259,59
Conservação e Reparação	47 963,44	53 055,19
Materiais	113 093,78	60 974,04
Eletricidade	330 060,26	353 053,44
Combustíveis	16 253,60	25 594,90
Gás	30 898,35	45 005,00
Deslocações, Estadas e Transportes	75 190,47	72 633,81
Rendas e Alugueres	104 826,57	123 434,65
Comunicação	15 481,64	17 757,58
Seguros	82 564,24	111 399,43
Contencioso e Notariado	6 906,00	23 704,15
Despesas de Representação	565,47	3 031,85
Limpeza, Higiene e Conforto	338 404,70	327 928,22
Diversos	4 480,23	15 176,03
	2 343 594,92	3 871 577,72

RELATÓRIO E CONTAS

Em 2020 houve um decréscimo de 39,47% dos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato, particularmente influenciado pela variação a nível dos “Subcontratos” (decrécimo de 1.369.061,95€).

29. Subsídios correntes obtidos

O detalhe da rubrica dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Segurança Social - Apoio à Família	2.251,69	
Projecto H2020-BUGWRIGHT 2	44.972,96	
Total	47.224,65	

No exercício de 2020 o montante de 2.251,69€, resulta de verbas recebidas das Segurança Social, no âmbito da medida de Apoio Excecional à Família, decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.

No exercício de 2020, foram recebidas verbas, no âmbito do projecto H2020-BUGWRIGHT 2. Este projeto visa abrir novas possibilidades para a inspeção e manutenção por robôs (novas tecnologias), desenvolvendo e demonstrando uma solução robótica adaptável para lidar com grandes estruturas, como cascos externos de navios ou tanques de armazenamento, produzindo mudanças graduais nas capacidades das tecnologias robóticas de inspeção.

30. Resultado por Ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 foi determinado conforme se segue:

	2020	2019
Resultado líquido do período	-6 560 933,05	-9 677 509,83
Número médio ponderado de ações	6 480 000	6 480 000
Resultado por ação básico	-1,01	-1,49

31. Outras Informações

No ano de 2020 continuaram a correr termos duas ações interpostas pelo consórcio Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A. e SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Ld.^a, contra a Arsenal do Alfeite, S.A..

No âmbito da primeira (Processo n.º 1179/13.7BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada) que nasceu de processo de injunção, a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66€ acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção, tendo sido designado o dia 4 de maio de 2020 para efeitos de audiência prévia, data que foi adiada em virtude da pandemia para o dia 6 de maio de 2021.

O segundo processo interposto pelo consórcio corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de

RELATÓRIO E CONTAS

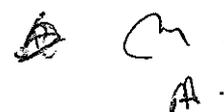
20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para alegações escritas.

Continuou ainda a correr termos o processo de insolvência da Naveiro – Transportes Marítimos, S.A., em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A., no montante de 329.516,78€, tendo-se apenas conhecimento, à data, da graduação dos créditos reclamados.

Ainda decorrente dos anos anteriores, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a FIUTAK Industries GmbH, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€, acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A., reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha.

Por fim, e já em 2020, regista-se a celebração de um acordo de pagamento com a empresa Batistas - Reciclagem de Sucatas, S.A, na sequência do não pagamento da fatura 05/2017 emitida pela Arsenal do Alfeite, S.A. pelo valor de € 26.680,70 vencida a 29.12.2017 (valor que engloba capital em dívida mais juros de mora à taxa comercial, vencidos até à data da celebração do Acordo).

Deste acordo que previa 14 prestações mensais de € 2.239,82, foram liquidadas 4, tendo sido a Arsenal do Alfeite, S.A. notificada do Processo Especial de Revitalização (PER) com número de processo 2710/20.7T8VFX, no qual foram reclamados créditos no montante global de € 22.398,22 acrescido de juros de mora vincendos até efetivo e integral pagamento, tendo sido a Arsenal notificada em 14 de dezembro 2020 da sua admissão na Lista Provisória de Credores, não tendo tido mais desenvolvimentos até à data.



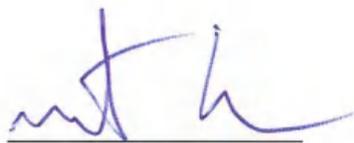
32. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental” do Relatório de Governo Societário relativo a 2020.

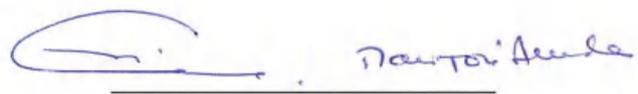
33. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do revisor oficial de contas ascenderam a:

Remuneração anual 2020 (€)	
João Cipriano & Associado SROC	Bruta
Revisão Legal de Contas	16.200,00
Total	16.200,00



O Contabilista Público



O Conselho de Administração

Anexo III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração do desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS			BANCOS		
	IP	EMPR.	ALHEIOS	IP	EMPR.	ALHEIOS	IP	EMPR.	ALHEIOS
Saldo de gestão anterior	6.079.131,70	0,00	2.523,20	6.081.654,90	8.400.656,66				
Operações orçamentais [1]	6.079.131,70			6.079.131,70	8.306.877,01				
Devolução do saldo oper. orçamentais			2.523,20		3.738,67				
Operações de tesouraria [A]			0,00	11.089.479,49	19.689.983,21				
Receita corrente	31.089.479,49	0,00	4.539,46		197,52				
Taxas, multas e outras penalidades									
Revenimentos de propriedade									
Transferências e subsídios correntes									
Transferências correntes									
Administrações Públicas									
Administração Central - Estado Português									
Administração Central - Outras entidades									
Segurança Social									
Administração Regional									
Administração Local									
Estado - IU									
Outros									
Subsídios correntes	2.251,69								
Venda de bens e serviços	11.062.683,34		11.062.683,34	19.689.983,69					
Outras receitas correntes	2.180,00	0,00	2.180,00	87,50					
Receita de capital	2.180,00								
Outras receitas de capital									
Reposições não abolidas aos pagamentos	4.539,36		4.539,36	6.738,23					
Receita efetiva [2]	31.066.175,85	0,00	0,00	11.066.175,85	19.696.819,94				
Receita não efetiva [3]									
Receita comativos financeiros	0,00	0,00	423.142,50	423.142,50	0,00				
Receita com passivos financeiros									
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	37.138.306,95	0,00	423.142,50	17.588.499,05	28.003.685,95				
Operações de tesouraria [B]			11.666,46	11.666,46	1.923,20				
Saldo para a gestão seguinte									
Operações orçamentais [5] = [4]-[7]									
Operações de tesouraria [D] = [A]-[B]-[H]									
Saldo global [2] - [5]									
Saldo primário	16.720.983,97			16.720.983,97	22.014.565,25				
Saldo corrente	-4.882.301,22			-4.882.301,22	-866.499,58				
Saldo de capital	-856.623,16			-856.623,16	-1.487.624,99				
Saldo primário	-5.694.404,12			-5.694.404,12	-2.317.746,31				
Receita total [1] + [2] + [3]	17.135.306,55	0,00	423.142,50	17.558.449,05	28.003.685,95				
Despesa total [5] + [6]	16.720.983,97	0,00	423.142,50	17.144.126,47	22.014.565,25				
Despesa efetiva [6]	16.720.983,97	0,00	0,00	16.720.983,97	22.014.565,25				
Despesa não efetiva [7]									
Despesa com ativos financeiros									
Despesa com passivos financeiros									
Soma [7]=[8]+[9]	16.720.983,97	0,00	423.142,50	17.144.126,47	22.014.565,25				
Operações de tesouraria [C]			1.923,20	1.923,20	3.738,67				
Despesa para a gestão seguinte	404.722,58	0,00	12.456,46	417.179,04	6.081.656,66				
Operações orçamentais [8] = [6]-[7]	-4.017.22,58	0,00	0,00	-4.017.22,58	-6.079.131,70				
Operações de tesouraria [9] = [A]-[B]									
Saldo global [2] - [5]	-5.694.404,12	0,00	423.142,50	-6.097.581,02	-2.317.746,31				
Saldo primário	16.720.983,97	0,00	423.142,50	17.144.126,47	22.014.565,25				
Saldo corrente	-4.882.301,22	0,00	423.142,50	-5.275.443,92	-866.499,58				
Saldo de capital	-856.623,16	0,00	0,00	-856.623,16	-1.487.624,99				
Saldo primário	-5.694.404,12	0,00	423.142,50	-6.097.581,02	-2.317.746,31				
Receita total [1] + [2] + [3]	17.135.306,55	0,00	423.142,50	17.558.449,05	28.003.685,95				
Despesa total [5] + [6]	16.720.983,97	0,00	423.142,50	17.144.126,47	22.014.565,25				

Notas:

a) Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos estão discriminados de acordo com as seguintes fontes de financiamento: IP - Receitas próprias; EMPR - Contração de empréstimos; FUNDOS ALHEIOS - Correspondência a operações de tesouraria.


O Contabilista Público


O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração de Execução Orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas		Recitas por cobrar de períodos anteriores		Recitas liquidadas		Liquidações anuladas		Recitas cobradas brutas		Reembolsos e restituições		Recitas cobradas líquidas			Recitas por cobrar no final do período		Grau de execução orçamental	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(10)/(1)-(10)							
	Recita corrente	25.688.253,00	892.341,59	11.085.122,79	0,00	11.049.479,49	0,00	829.404,17	10.220.075,32	11.049.479,49	927.984,89	45,00%								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7.000,00		4.539,46		4.539,46														64,87%
R4	Rendimentos de propriedade																			
R5	Transferências e subsídios correntes																			
RS1	Transferências correntes																			
RS11	Administrações Públicas																			
RS111	Administração Central - Estado Português																			
RS112	Administração Central - Outras entidades																			
RS113	Segurança Social																			
RS114	Administração Regional																			
RS115	Administração Local																			
RS12	Eleitor - EU																			
RS13	Outras																			
RS2	Subsídios correntes	3.000,00		2.251,69		2.251,69														
R6	Venda de bens e serviços	25.688.253,00	892.341,59	11.078.331,64		11.042.688,34		829.404,17	10.213.284,17	11.042.688,34	927.984,89	42,99%								
R7	Outras receitas correntes																			
	Recita de capital	6.532.274,00	417,85	6.509.269,56	0,00	6.508.969,56	0,00	0,00	6.508.969,56	6.508.969,56	717,85	99,64%								
R10	Outras receitas de capital	15.000,00		2.180,00		2.180,00														
R11	Reposições não abilitadas aos pagamentos	15.000,00	417,85	4.816,36		4.516,36			4.516,36	4.516,36	717,85	30,11%								
R13	Receta com passivos financeiros	423.143,00		423.142,50		423.142,50			423.142,50	423.142,50	0,00	100,00%								
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	6.079.131,00		6.079.130,70		6.079.130,70			6.079.130,70	6.079.130,70	0,00	100,00%								
	Total	32.220.527,00	892.759,44	17.594.392,35	0,00	17.558.449,05	0,00	829.404,17	16.729.044,88	17.558.449,05	928.702,74	54,98%								

O Contabilista Público

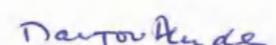
O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesa por partida atávica		Dígitos anuais	Códigos de contas	Despesa por subpartidas					Total	Gastos por pagar	Grandes gastos
		(1)	(2)			(3)	(4)	(5)	(6)	(7)			
Despesa corrente													
D1	Despesa pessoal	00	27602700	2663570	8441277	8441277	17420320	3622408	36326928	63310231	10811427	10709989	5898%
D11	Remunerações Gêneros	00	16029270	00	11954486	11954486	119814626	112246	11944115	11985340	72940	126186	7057%
D12	Ativos Variáveis	3036650	3036650	92540298	92540298	92540298	92540298	660	9253718	92540298	00	00	6926%
D13	Sigra pessoal	3271940	3271940	3386275	3386275	3386275	3386275	3386275	3386275	3386275	00	2820	9195%
D2	Aquisição de bens e serviços	2972000	2082340	2082340	5004527	5004527	4028850	361018	27622639	2983327	1006097	1064683	3698%
D4	Transferências a subdescontas	00	110000	00	119800	119800	9800	00	9800	9800	2000	00	907%
D11	Transferências a contes												
D11	Administrações Públicas												
D111	Administração Central - Estado												
D112	Administração Central - Outras entidades												
D113	Sigra Social												
D114	Administração Regional												
D115	Administração Local												
D12	Entidades descentralizadas	110000	110000	119800	119800	119800	9800	00	9800	9800	2000	00	907%
D13	Famílias												
D14	Outros												
D2	Subdescontas												
D5	Outras despesas correntes	2760990	631530	1400334	1400334	1400334	1400334	1400334	1400334	1400334	00	00	5124%
Despesa de capital													
D6	Aquisição de bens de capital	00	1245000	00	1053926	1053926	911900	500072	387294	888016	147276	1127698	6457%
D8	Outras despesas de capital	1245000	1245000	1053926	1053926	1053926	911900	500072	387294	888016	147276	1127698	6457%
D10	Despesa com passivos financeiros												
		Total	00	28952700	2663570	84464032	84464032	6233175	36481212	17432647	1458503	13805682	5137%


O Contabilista Público

 
O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

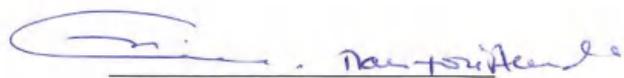
Alterações Orçamentais da despesa

								Euros
Rubricas	Descrição	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas	Observações
			P - permutativa M - modificativa	Dotações iniciais	Inscrições/ reforços	Alterações orçamentais Diminuições/ anulações		
(1)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Despesas correntes								
01	Despesas com o pessoal							
01.01	Remunerações certas e permanentes							
01.01.02	Órgãos sociais	P	142.840,00		3.000,00		139.840,00	
01.01.04	Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho	P	7.716.700,00		44.000,00		7.672.700,00	
01.01.04	Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho	M		2.776.000,00			2.776.000,00	
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	P	51.360,00	18.000,00			69.360,00	
01.01.11	Representação		57.136,00				57.136,00	
01.01.12	Suplementos e prémios		135.120,00				135.120,00	
01.01.13	Subsídio de refeição		563.860,00				563.860,00	
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal							
01.01.14.SF.00	Subsídio de férias	P	694.728,00	7.000,00			701.728,00	
01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	P	694.728,00		4.000,00		690.728,00	
01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	M		423.143,00			423.143,00	
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	P	0,00	42.000,00	6.000,00		36.000,00	
01.02	Abonos variáveis ou eventuais							
01.02.02	Horas extraordinárias	P	75.000,00	33.000,00	36.000,00		72.000,00	
01.02.04	Ajudas de custo	P	10.000,00	15.000,00			25.000,00	
01.02.06	Formação	P	5.000,00		3.000,00		2.000,00	
01.02.10	Subsídio de trabalho nocturno							
01.02.11	Subsídio de turno	P	30.000,00	24.500,00			54.500,00	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções							
01.02.12.C0.00	Indemnizações por cessação de funções		5.000,00				5.000,00	
01.02.13	Outros suplementos e prémios							
01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios - Outros suplementos e prémios	P	185.364,00	11.000,00	66.500,00		129.864,00	
01.02.13.PD	Outros suplementos e prémios - Prémios de desempenho	P	5.000,00		3.000,00		2.000,00	
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	P	75.000,00	30.000,00	5.000,00		100.000,00	
01.03	Segurança social							
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens		17.000,00				17.000,00	
01.03.04	Outras prestações familiares	P	27.000,00	2.850,00	2.850,00		27.000,00	
01.03.05	Contribuições para a segurança social							
01.03.05.A0.A0	Contrib. segurança social - Caixa Geral de Aposentações	P	2.435.099,00		121.950,00		2.313.149,00	
01.03.05.A0.B0	Contrib. segurança social - Segurança Social	P	414.610,00	100.000,00			514.610,00	
01.03.05.A0.C0	Contrib. segurança social - Fundo de Compensação do Trabalho	P	5.400,00	2.000,00			7.400,00	
01.03.05.A0.D0	Contrib. segurança social - Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	P	439,00	200,00			639,00	
01.03.08	Outras pensões	P	0,00	1.750,00			1.750,00	
01.03.09	Seguros	P	61.800,00	19.000,00			80.800,00	
01.03.10	Outras despesas de segurança social							
01.03.10.AC	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	P	0,00	249.000,00			249.000,00	
01.03.10.C0	Outras despesas	P	320.600,00	2.000,00	262.000,00		60.600,00	
02	Aquisição de bens e serviços							
02.01	Aquisição de bens							
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	P	1.800.000,00	50.000,00	489.000,00		1.361.000,00	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	P	88.600,00	11.500,00	5.000,00		95.100,00	
02.01.04	Limpeza e higiene	P	26.000,00	15.000,00			41.000,00	
02.01.05	Alimentação – Refeições confeccionadas		9.500,00				9.500,00	
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	P	78.000,00	15.000,00			93.000,00	
02.01.08	Material de escritório							
02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel		6.500,00				6.500,00	
02.01.08.B0.00	Material de escritório - Consumíveis de impressão	P	3.500,00	1.000,00			4.500,00	
02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros		19.600,00				19.600,00	
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos							
02.01.09.C0.00	Produtos químicos e farmacêuticos - Outros		2.500,00				2.500,00	
02.01.11	Material de consumo clínico	P	200,00	188.000,00	15.000,00		173.200,00	
02.01.13	Material de consumo hoteleiro		1.300,00				1.300,00	
02.01.14	Outro material – Peças	P	100.000,00	3.000,00			103.000,00	
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	P	8.000,00	9.000,00			17.000,00	
02.01.17	Ferramentas e utensílios		50.000,00				50.000,00	
02.01.18	Livros e documentação técnica	P	700,00	500,00			1.200,00	
02.01.21	Outros bens	P	178.500,00		83.500,00		95.000,00	

RELATÓRIO E CONTAS

02.02	Aquisição de serviços					
02.02.01	Encargos das instalações					
02.02.01.00.00	Encargos das instalações - Outros	P	604.000,00	98.500,00		702.500,00
02.02.02	Limpeza e higiene	P	512.120,00	40.000,00		552.120,00
02.02.03	Conservação de bens		48.300,00			48.300,00
02.02.06	Locação de material de transporte	P	55.700,00	3.000,00		58.700,00
02.02.08	Locação de outros bens	P	59.000,00	35.500,00		94.500,00
02.02.09	Comunicações					
02.02.09.A0.00	Comunicações - Acessos à Internet	P	2.500,00	1.500,00		4.000,00
02.02.09.C0.00	Comunicações - Comunicações Fixas de Voz	P	6.000,00	1.500,00		7.500,00
02.02.09.D0.00	Comunicações - Comunicações Móveis	P	14.000,00	3.000,00		17.000,00
02.02.09.F0.00	Comunicações - Outros Serviços de Comunicações		8.700,00			8.700,00
02.02.10	Transportes	P	5.000,00	10.500,00	1.500,00	14.000,00
02.02.11	Representação dos serviços		12.000,00			12.000,00
02.02.12	Seguros					
02.02.12.B0.00	Outras - Seguros não relacionados com estas situações	P	154.500,00	19.000,00	4.000,00	169.500,00
02.02.13	Deslocações e estadas	P	35.000,00	13.000,00		48.000,00
02.02.15	Formação					
02.02.15.B0.00	Formação - Outras		30.000,00			30.000,00
02.02.16	Seminários, exposições e similares		6.000,00			6.000,00
02.02.17	Publicidade					
02.02.17.A0.00	Publicidade - Publicidade obrigatória		5.000,00			5.000,00
02.02.17.B0.00	Publicidade - Publicidade institucional					
02.02.17.B0.A0	Publicidade - Publicidade institucional - Em território nacional		7.000,00			7.000,00
02.02.17.B0.B0	Publicidade - Publicidade institucional - Estrangeiro		1.000,00			1.000,00
02.02.18	Vigilância e segurança	P	78.000,00		43.000,00	25.000,00
02.02.19	Assistência técnica					
02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros		53.650,00			53.650,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados					
02.02.20.B0.00	Outros trabalhos especializados - Outros	P	3.359.730,00	710.000,00	171.500,00	3.898.230,00
02.02.21	Utilização de infra-estruturas de transportes		12.750,00			12.750,00
02.02.22	Serviços de saúde					
02.02.22.A0.00	Serviços de saúde - Meios complementares de diagnóstico		12.500,00			12.500,00
02.02.22.H0.00	Serviços de saúde - Outros		12.500,00			12.500,00
02.02.23	Outros serviços de saúde					
02.02.23.B0.00	Verificação médica - Junta médica e Verificação Doença		2.500,00			2.500,00
02.02.25	Outros serviços	P	107.000,00		16.000,00	91.000,00
04	Transferências correntes					
04.07	Instituições sem fins lucrativos					
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos		11.000,00			11.000,00
06	Outras despesas correntes					
06.02	Diversas					
06.02.01	Impostos e taxas		100.000,00			100.000,00
06.02.03	Outras					
06.02.03.IV.00	Outras - IVA a pagar		2.014.090,00			2.014.090,00
06.02.03.CO	Outras		6.750,00			6.750,00
06.02.03.R0.00	Reserva		643.153,00			643.153,00
	Despesas de Capital					
07	Aquisição de bens de capital					
07.01	Investimentos					
07.01.06	Material de transporte					
07.01.06.B0.00	Material de transporte - SFA (EPR)					
07.01.07	Equipamento de informática					
07.01.07.B0	Equipamento de informática - SFA (EPR)					
07.01.07.B0.C0	Equipamento de informática - Outros		90.000,00			90.000,00
07.01.08	Software informático					
07.01.08.B0	Software informático - SFA (EPR)					
07.01.08.B0.B0	Software informático - Outros		55.000,00			55.000,00
07.01.09	Equipamento administrativo					
07.01.09.B0	Equipamento administrativo - SFA (EPR)					
07.01.09.B0.B0	Equipamento administrativo - Outros	P	50.000,00		12.540,00	37.460,00
07.01.10	Equipamento básico					
07.01.10.B0	Equipamento básico - SFA (EPR)					
07.01.10.B0.B0	Equipamento básico - Outros	P	700.000,00	310.000,00	262.460,00	747.540,00
07.01.11	Ferramentas e utensílios					
07.01.11.B0.00	Ferramentas e utensílios - SFA (EPR)	P	150.000,00	12.000,00	10.000,00	152.000,00
07.03	Bens de domínio público					
07.03.02	Edifícios	P	300.000,00	120.000,00	417.000,00	3.000,00
07.03.03	Outras construções e infra-estruturas	P	300.000,00	160.000,00	300.000,00	160.000,00
	Total		25.726.127,00	5.586.943,00	2.387.800,00	0,00
						28.925.270,00

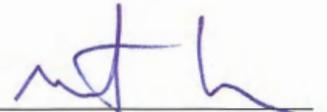

O Contabilista Público

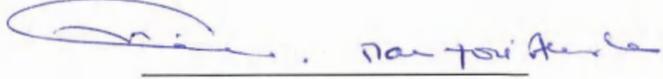

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Operações de Tesouraria

Código das contas	Designação	Euros			
		Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.3	Constituição e reforço de cauções e garantias	600,00	10.545,00		11.145,00
07.1.9	Outras receitas de operações tesouraria	1.923,20	1.311,46		3.234,66
07.2.9	Outras despesas de operações de tesouraria			1.923,20	-1.923,20
	Total	2.523,20	11.856,46	1.923,20	12.456,46

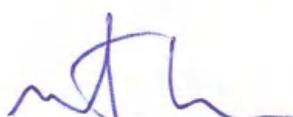

O Contabilista Público


O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento												Total
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		Acordo Quadro e Espap		Contratação Excluída		Valor		
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Valor	
Empreitada de obras públicas			1	33.613,00							1	33.613,00	
Aquisição de serviços	8	579.582,00	1	23.280,00	6	112.382,80	3	411.000,00	2	23.120,00	20	1.149.364,80	
Locação ou aquisição de bens móveis	1	28.882,00	1	26.520,50	6	111.187,82					8	166.590,32	
Concessão de obras públicas											0	0,00	
Concessão de serviços públicos											0	0,00	
Sociedade											0	0,00	
Outros											0	0,00	


O Contabilista Público

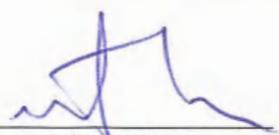

O Conselho de Administração

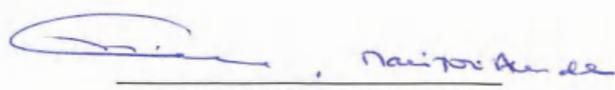
RELATÓRIO E CONTAS

Transferências e Subsídios Concedidos

Euros

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas			Despesa pagas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
				orçamentadas	autorizadas	(6)			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (5) - (6)	(8)	(9)	
Transferências correntes									
04.07.01 - Instituições sem fins lucrativos		RELACRE - Assoc. Lab. Acreditados de Portugal	690,00	690,00	690,00	690,00	0,00		
04.07.01 - Instituições sem fins lucrativos		Sociedade Portuguesa de Actística	108,00	108,00	108,00	108,00	0,00		
04.07.01 - Instituições sem fins lucrativos		ASSOFT - Associação Portuguesa de Software	400,00	400,00	200,00	200,00	200,00		
Total transferências correntes			1.198,00	1.198,00	998,00	200,00	0,00		
Transferências de capital									
Total transferências de capital									
Subsídios									
Total subsídios									

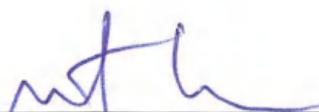

O Contabilista Público

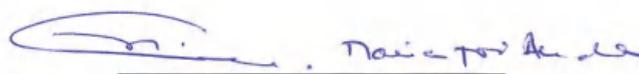

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Transferências e Subsídios Recebidos

Euros								
Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receta prevista	Receta recebida	Receta prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4) - (5)	(7)	(8)
Transferências correntes								
Total transferências correntes								
Transferências de capital								
Total transferências de capital								
Subsídios								
08.02.09 - Segurança Social			Segurança Social - Apoio à Família	2.251,69	2.251,69	0,00		
Total subsídios								
								0,00


O Contabilista Público


O Conselho de Administração

APÊNDICES

Como apêndices ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Remunerações dos órgãos sociais;
2. Sistematização da informação

RELATÓRIO E CONTAS

APENDICE 1

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos sociais no ano de 2020, foram as seguintes:

1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020-2022	Presidente	Fernando Vaz de Medeiros	400,00€	0,00
2020-2022	Secretário	Rodolfo Augusto Felgueiras Parente	250,00€	0,00
2015-2017	Presidente	Nuno Robalo de Almeida Sousa Moniz	-	-
2015-2017	Secretário	Pedro Miguel Fernandes Baptista	-	-

Nota: Presidente e Secretário da Mesa nomeados para o triénio 2015-2017 mantiveram-se em extensão de mandato até à Assembleia Geral de 29 de junho de 2020, data em que iniciariam funções os designados para o triénio 2020-2022.

2. Conselho de Administração

No que respeita às remunerações dos membros do Conselho de Administração, cabe salientar que as mesmas foram estabelecidas pela acionista tendo em consideração a necessária salvaguarda das seguintes premissas de ordem legal:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão;
- ❖ Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- ❖ Não reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- ❖ Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes;
- ❖ Os limites mensais de gastos efetuados com viaturas, combustíveis, portagens e comunicações foram igualmente estipulados.

Assim, para além da não atribuição de prémios de gestão, a remuneração não tem componente variável, nem existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, sendo o alinhamento dos objetivos dos

RELATÓRIO E CONTAS

membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da Arsenal do Alfeite, S.A., assegurado por meios não remuneratórios.

Salienta-se, ainda, que não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Mandato		Designação			OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos				Indicação do nº total de mandatos
Início/Fim	Cargo	Nome	Forma	Data	Sim/ Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2018/2020	Presidente	José Luís Garcia Belo	DUE	2/4/2018	S	Marinha	D	DUE 2/4/2018	1
2018/2020	Vogal	Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	DUE	2/4/2018	S	-	D	DUE 2/4/2018	1
2020/2022	Presidente	José Miguel Antunes Fernandes	AG	29/6/2020	S	-	D	AG 29/6/2020	1
2020/2022	Vogal	José Luís Serra Rodrigues	AG	29/6/2020	S	-	D	AG 29/6/2020	1
2020/2022	Vogal	Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	AG	29/6/2020	S	IdD – Portugal Defence, S.A.	O	AG 29/6/2020	1

M.A.

RELATÓRIO E CONTAS

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, é de referir que não existe qualquer acumulação incompatível, tendo existido no ano de 2020, as seguintes:

Acumulação de funções				
Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
José Luís Serra Rodrigues	Empordef Engenharia Naval, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público	DUE/AG 3/9/2014
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	Empordef- TI	Vogal do Conselho de Administração	Público	AG 10/5/2019
	IdD – Defence Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público	AG 29/6/2020

Refira-se que as funções acima descritas não são remuneradas de qualquer forma.

Membro do CA	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	EGP	
			Remuneração mensal bruta (€) Vencimento mensal	Despesas de Representação
José Luís Garcia Belo	S	C	4.578,20	1.831,28
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	S	C	3.662,56	1.465,02
José Miguel Antunes Fernandes	S	C	4.578,20	1.831,28
José Luís Serra Rodrigues	S	C	3.662,56	1.465,02
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	S	C		

RELATÓRIO E CONTAS

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
José Luís Garcia Belo	47.339,63	-	47.339,63	-2.369,96	45.029,67
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	42.248,17	-	42.248,17	-2.112,42	40.135,75
José Miguel Antunes Fernandes	43.714,38	-	43.714,38	-2.185,69	41.528,69
José Luís Serra Rodrigues	34.971,48	-	34.971,48	-1.748,58	33.222,90
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida					
	168.273,66		168.273,66	-8.416,65	159.917,01

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida empresa	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificação	Encargo Anual			Identificação	Valor
José Luís Garcia Belo	5,00	600,00	CGA/IASFA	10.701,11	-	-	Seg. Acid. Trab.	806,95
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	5,00	580,00	CGA/ADSE	9.538,58	-	-	Seg. Acid. Trab.	567,23
José Miguel Antunes Fernandes	5,00	650,00	Seg. Social	10.293,76	192,67	-	Seg. Acid. Trab.	714,61
José Luís Serra Rodrigues	5,00	650,00	Seg. Social	8.321,11	192,67	-	Seg. Acid. Trab.	571,69
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	5,00	0,00	Seg. Social	0,00	192,67	-	Seg. Acid. Trab.	0,00
		2.480,00		38.854,56	578,01			2.660,48

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
José Luís Garcia Belo	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	01/2024	604,39	3.626,32	-
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	01/2024	654,98	3.929,88	-
José Miguel Antunes Fernandes	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	01/2024	548,99	3.293,94	37
José Luis Serra Rodrigues	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	01/2024	548,99	3.293,94	37
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	01/2024	548,99	3.293,94	37

RELATÓRIO E CONTAS

Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
José Luís Garcia Belo	521,18	586,00	235,20	Diversas	29,36	1.371,74
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Miguel Antunes Fernandes	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Luis Serra Rodrigues	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
	521,18	586,00	235,20		29,36	1.371,74

3. Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Forma	Designação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Arsenal do Alfeite, S.A.	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC		N.º de Registo na CMVM	Data			Contratada
Até 29.06.2020									
24/4/2015-31/12/2017	Fiscal Único	PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld.ª	183	20161485	DUE	24.04.2015	S	9	8
	Representada por:	Jorge Manuel Santos Costa	R.O.C n.º 847	20160471					
		Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão	R.O.C n.º 902	20160521					
24/4/2015-31/12/2017	Suplente	José Manuel Henriques Bernardo	R.O.C n.º 903	20160522	DUE	24.04.2015		9	8
A partir de 29.06.2020									
29/6/2020-31/12/2022	Fiscal Único	João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	119	20161438	DUE	29.06.2020	S	1	1
	Representada por :	João Amaro Santos Cipriano	R.O.C n.º 631	20160277					
29/6/2020-31/12/2022	Suplente	Andreia Sofia Sena Barreira	R.O.C n.º 1739	20161349	DUE	29.06.2020		1	1

Legenda: DUE - Deliberação Unânime por Escrito

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

Nome	Remuneração Anual 2020 (€) Bruta
João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	16.200,00
Andreia Sofia Sena Barreira	0,00
	<hr/>
	16.200,00

Restantes trabalhadores

No que respeita aos restantes trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a política salarial da empresa no ano de 2020 subordinou-se ao disposto na Lei de Orçamento do Estado.

RELATÓRIO E CONTAS

APENDICE 2

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cumprimento das Orientações Legais - 2020	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos de Gestão 1	x	Estabilidade do emprego	Capítulo I
Objetivos de Gestão 2	x	Reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas	Capítulo I
Objetivos de Gestão 3	x	Internacionalização do estaleiro	Capítulo I
Objetivos de Gestão 4	x	Desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor	Capítulo I
Metas a atingir constantes no PAO 2020			
Princípios Financeiros de Referência	x	EBITDA (2020) -2.296.923,59€	Ponto 13 do Anexo I – Cumprimentos das Orientações Legais
Investimento	x	Executado a 114,05%	Anexo II
Gastos com Pessoal	x	Varição de menos 671.210,22€ face a 2019	Anexo às Demonstrações Financeiras
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	x	Desvio de -57,03% ao nível da receita e -33,32% na despesa	Ponto 1, alínea c) do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Gestão de Risco Financeiro	x	Não aplicável.	Ponto 2 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	x	Sem Endividamento	Ponto 3 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Evolução do PMP a fornecedores	x	Varição de +73,70 dias	Ponto 4 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais

RELATÓRIO E CONTAS

Cumprimento das Orientações Legais - 2020	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x	Pagamentos superiores a 90 dias a 31 de dezembro de 2020	Ponto 4 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			
Recomendação 1	x	Aplicação de Resultados	Capítulo II
Recomendação 2	x	Cumprimento das disposições legais em matéria de contratação e de gastos operacionais	Capítulo II e Ponto 13 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	x	Não atribuídos.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020	x	-8.416,65	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Fiscalização (FU) - reduções e remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	x	Não aplicável.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	x	Não aplicável	Apêndice 1 do Relatório & Contas
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	x		Ponto 7 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x		Ponto 7 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x		Ponto 7 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x		Ponto 7 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do Artigo 16.º do RJSPE e Artigo 11º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x		Ponto 8 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais

M.
A.

RELATÓRIO E CONTAS

Cumprimento das Orientações Legais - 2020	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x	<a href="http://www.arsenal-
alfeite.pt/index.php?id=
120">http://www.arsenal- alfeite.pt/index.php?id= 120	Ponto 9 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	x	<a href="http://www.arsenal-
alfeite.pt/index.php?id=
174">http://www.arsenal- alfeite.pt/index.php?id= 174	Ponto 10 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x		Capítulo V e ponto 11 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		x	Não aplicável
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x	0 contratos	Capítulo V e ponto 11 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x		Capítulo V e ponto 12 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x	Vide tabela	Ponto 13 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)	x		Ponto 14 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (Artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centradas no IGCP	x	100%	Ponto 15 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Disponibilidades e aplicações na banca comercial		x	Não aplicável
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado		x	Não aplicável
Auditorias do Tribunal de Contas		x	Não aplicável

Ch
Al

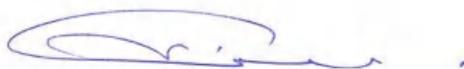
RELATÓRIO E CONTAS

Cumprimento das Orientações Legais - 2020	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
			Orientações Legais
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	x		Ponto 17 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Apresentação da Demonstração não Financeira		x	Ponto 18 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais

RELATÓRIO E CONTAS

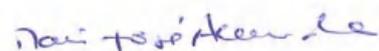
2020

Versão aprovada em reunião de Conselho de Administração de 02 de junho de 2021.



José Luis Serra Rodrigues

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida

(Vogal do Conselho de Administração)